



## RELATÓRIO DE AUDITORIA

RAI 01/2020 – PREFEITURA  
UNIVERSITÁRIA

**Coordenadora Interina da AudIn**  
Jaqueline Contarin

**Auditora Interna**  
Leticia Bernardes de Mello Grego

**Setembro/2020**

**Auditoria Interna - AudIn**  
**Fundação Universidade Federal de São Carlos**

*RELATÓRIO DE AUDITORIA*

Unidades Examinadas:

Prefeitura Universitária (PU)

RAI 01/2020

## **Missão da AudIn**

Aprimorar e avaliar a gestão por meio de atuação independente e objetiva prestando serviços de consultorias e agregando valores aos controles internos da Universidade sempre buscando a eficácia nos processos de gerenciamento de riscos, integridade e governança.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABR	Auditoria Baseada em Riscos
AudIn	Auditoria Interna
CFin	Coordenadoria de Finanças
CGU	Controladoria Geral da União
DiEET	Divisão de Engenharia Elétrica e Telecomunicações
FONAI-MEC	Associação Nacional dos Servidores Integrantes das Auditorias Internas do Ministério da Educação
FUFSCar	Fundação Universidade Federal de São Carlos
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PAINT	Plano de Auditoria Interna
ProAd	Pró- Reitoria de Administração
ProGPe	Pró- Reitoria de Gestão de Pessoas
PU	Prefeitura Universitária
SIn	Secretaria Geral de Informática
SGAS	Secretaria de Gestão Ambiental e Sustentabilidade
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia de Informação
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos

# SUMÁRIO

<b>I.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>II.</b>	<b>RESULTADOS DOS EXAMES</b>	<b>7</b>
<b>III.</b>	<b>RECOMENDAÇÕES</b>	<b>35</b>
<b>IV.</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>37</b>
<b>V.</b>	<b>ANEXOS</b>	<b>38</b>

# I. INTRODUÇÃO

## 1.1. PLANEJAMENTO DA AUDITORIA

Os trabalhos de auditoria tiveram como objetivo avaliar os controles internos referentes à gestão dos processos da Prefeitura Universitária (PU) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), abrangendo o campus de São Carlos, no período de 07/01/2020 a 30/08/2020 em observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal.

A auditoria do processo da PU-SC está prevista no Plano de Auditoria Interna (PAINT) de 2020 e foi selecionada por meio da metodologia de Auditoria Baseada em Riscos (ABR).

Os processos da PU e seus controles internos são relevantes para o bom funcionamento das instalações físicas do campus, assim como para a segurança e integridade do patrimônio público, alunos, servidores e público geral nas dependências da Universidade.

Os objetivos desta auditoria buscam abordar cada um dos aspectos que possam impactar a gestão eficiente dos processos e a segurança de bens e pessoas, e consistem em:

1. Avaliar os controles internos relativos à gestão de processos da PU-SC
2. Avaliar os controles internos relativos à segurança dos servidores, funcionários terceirizados, comunidade acadêmica e patrimônio público

A metodologia consistiu na aplicação da ferramenta “Matriz de Riscos”, na qual são identificados os riscos e pontuados os aspectos de probabilidade e impacto de cada um, para sua posterior classificação em níveis de riscos. A pontuação foi feita com base na experiência da Auditoria, prezando pela coerência e relatividade entre os riscos. A matriz utilizada é uma adaptação dos modelos FONAI-MEC<sup>1</sup> e da “Planilha Documentadora”<sup>2</sup> do Ministério da Economia (Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), os quais figuram como parte de uma metodologia amplamente difundida no âmbito das auditorias internas das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior).

Cumpramos ressaltar que não houve impedimentos ao trabalho de auditoria. No entanto, cabe mencionar que a pandemia da COVID-19 implicou em mudanças na rotina de trabalho das áreas da UFSCar, conforme a Portaria GR nº 4.371 de 15/03/2020 e a Portaria GR nº 4.380 de 20/03/2020. Por esta razão, a AudIn buscou conceder maior

---

<sup>1</sup> Versão foi disponibilizada durante o curso de capacitação “A Atuação da Unidade de Auditoria Interna” da associação FONAI-MEC, entre os dias 10/10/2018 e 14/10/2018 em São Paulo.

<sup>2</sup> A “Planilha Documentadora” do MPOG foi acessada no link <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao/controle-interno/planilha-documentadora-20-02-2017-2.xlsx/view>, último acesso na data de 14/03/2019.

tempo hábil para o atendimento às solicitações, na medida do possível, para que houvesse uma boa condução dos trabalhos neste período atual de adaptação.

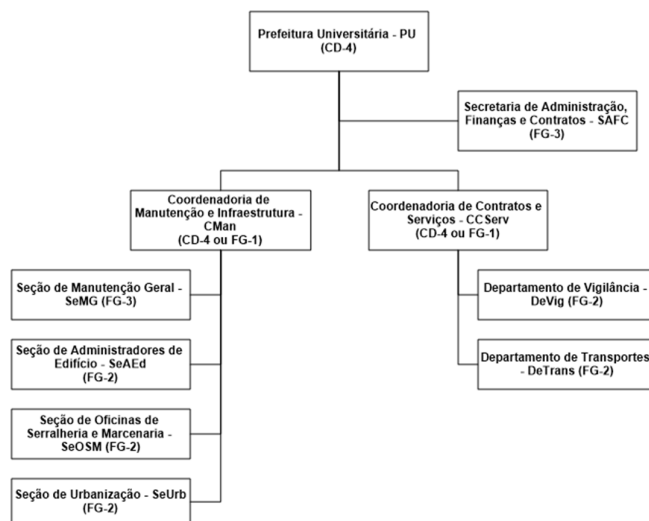
## **1.2. SOBRE A PREFEITURA UNIVERSITÁRIA – CAMPUS SÃO CARLOS**

A estrutura da PU-SC é composta das seguintes áreas (conforme resposta à SA01-P01-2020):

1. Gabinete com as definições de Prefeito Universitário e Prefeito Universitário Adjunto
2. Secretaria Executiva
3. Secretaria de Administração e Finanças
4. Divisão de Manutenção e Apoio (DiMan)
  - a. Serviços Gerais de Manutenção Norte;
  - b. Serviços Gerais de Manutenção Sul;
  - c. Seção de Apoio a Aulas Teóricas;
  - d. Seção de Oficina de Marcenaria;
  - e. Seção de Oficina de Serralheira;
  - f. Seção de Urbanização (Áreas Verdes);
  - g. Seção de Serviços de Apoio (inoperante por falta de servidor);
  - h. Seção de Elétrica
  - i. Seção de Vigilância Diurna e Seção Noturna
  - j. Departamento de Transportes

Em resposta à mesma SA, a PU informou que estava passando por uma reestruturação no início da auditoria. As atividades de Fiscalização de Obras (antiga Divisão de Fiscalização de Obras) estão atualmente sob responsabilidade de outras áreas. Conforme informações da SA01 e reunião explanatória realizada no dia 23/01/2020, a antiga DiEET (Divisão de Engenharia Elétrica e Telecomunicações) teve seus servidores transferidos ao Escritório de Desenvolvimento Físico (EDF). No entanto, as respectivas atividades não foram transferidas ao EDF e a PU comunicou que restou sem servidores especializados para a realização de diversas atividades da área. Em fevereiro de 2020, o Conselho de Administração (CoAd) aprovou o novo organograma da PU-SC evidenciado na Figura 1, fornecido na resposta à SA02.

**Figura 1: Organograma PU-SC aprovado em Fev/2020**



Conforme informado na SA02 e na reunião do dia 23/01/2020, as atividades da PU-SC são realizadas por servidores internos e empresas terceirizadas, de acordo com o Quadro 1:

**Quadro 1: Distribuição de atividades realizadas internamente e por empresas terceirizadas**

Atividade	Servidores internos	Terceirizado	Empresa Terceirizada
Manutenção elétrica	x	x	Megatec
Manutenção geral	x	x	RCA
Vigilância e Portaria	x	x	Orbenk e GI
Urbanização	x	x	GMS
Gestão de Contratos	x		-
Marcenaria e Serralheria	x		-
Limpeza		x	WORKS
Transportes	x	x	NeoFacilidades e MG Aranda

### 1.3. ANÁLISES DA AUDIN

Através da Matriz de Risco foram identificados 34 riscos. Os riscos se enquadraram nos níveis crítico (12), alto (11), moderado (8) e baixo (3). A AudIn avaliou os processos e controles internos da PU-SC, aplicando testes substantivos ou de controles, onde aplicáveis. Um dos riscos identificados pela AudIn foi a possibilidade de cobranças do Serviço de Água e Esgoto de São Carlos (SAAE), acima do volume de esgoto efetivamente liberado pelo campus. A PU-SC comunicou à AudIn em reunião do dia 15/06/2020, que compara o volume constante no boleto a leituras regulares feitas pela PU-SC. A AudIn realizou um teste de controle através de amostragem de três boletos de 2019 do código do consumidor 116616 e de quatro boletos do código do



consumidor 116617. Apenas um boleto contava com um volume significativamente acima daquele registrado pela PU-SC (cód. 116616 em set/19). No entanto, percebeu-se que houve um desajuste devido à uma troca de hidrômetro, que resultou em um volume a menor no mês seguinte, compensando o valor a maior na conta de set/19. Sendo assim, não há evidências da ocorrência deste risco.

A AudIn identificou riscos relacionados à gestão dos contratos de terceirização de serviços. Os testes foram aplicados sobre os contratos de maior materialidade (despesa anual), sendo selecionados aqueles que representam 80% do gasto anual, a partir do contrato de maior gasto e selecionando os demais em ordem decrescente (conforme o princípio de Pareto, conhecido como 80/20). Os valores apresentados na Tabela 1 são meramente aproximações de valores relativos ao campus de São Carlos, que representem a ordem de grandeza dos contratos.

**Tabela 1: Despesas aproximadas com serviços terceirizados no âmbito da PU referentes ao campus de São Carlos**

Empresa	Serviço	Contrato	Gasto mensal aproximado (R\$)	%	80/20
WORKS	Limpeza, Conservação e Asseio	CA 39/2016	345.682	32%	32%
MEGATEC	Reparos e adequações prediais	CA 58/2018	250.000	23%	55%
GI	Segurança e Vigilantes	CA 64/2018	154.645	14%	69%
Orbenk	Portaria	CA 36/2019	93.714	9%	77%
GMS	Áreas Verdes	CC 44/2017	77.583	7%	85%
NEO Facilidades	Gestão da Frota	CA 22/2018	75.621	7%	92%
MG Aranda	Serviços de Transporte	CA 04/2019	48.607	4%	96%
RCA	Manutenção predial	CA 127/2014	43.983	4%	100%
<b>TOTAL</b>			<b>1.089.836,63</b>		

Os contratos referentes aos serviços de transportes foram selecionados por serem especialmente sensíveis aos controles internos de consumo de combustível, manutenção e quilometragem rodada, que mudam todos os meses. Apesar do contrato com a Megatec ter sido gerido pela ProAd no momento do início da auditoria, ele foi incluído no escopo pela AudIn visto que a natureza das suas atividades – reparos e adequações prediais – está diretamente ligada à natureza das atividades da PU e foram administradas pela PU no passado. Esta inclusão foi feita também pela prudência, devido ao valor do contrato. Os contratos selecionados para testes foram os das empresas Works, Megatec, GI, Neo Facilidades e MG Aranda.

O contrato com a empresa GI é regido pela IN nº 05/2017 e os riscos contratuais relacionados a ele são o de não cumprimento das determinações desta IN. O teste foi realizado para os meses de agosto a novembro de 2019 (meses selecionados devido ao uso do sistema SEI a partir de ago/19 para controle do processo) e compreendeu as seguintes verificações:

- Verificação de compatibilidade entre o valor da NF e valor pactuado, conforme contrato e repactuações
- Apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e Dívida Ativa da União (ANEXO VIII-B, item 2.1., b.1)

- Certidões de regularidade fiscal municipal e estadual (ANEXO VIII-B, item 2.1., b.2)
- Certidão de Regularidade do FGTS (ANEXO VIII-B, item 2.1., b.3)
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (ANEXO VIII-B, item 2.1., b.4)

O valor liquidado em ago/19 foi de R\$ 167.331,46, enquanto o valor a pagar deveria ser R\$ 160.988,44, de acordo com a repactuação. No entanto, isto foi justificado devido ao fato da diferença de aproximadamente R\$ 7 mil reais ser um valor devido referente ao mês de julho, no qual havia sido cobrado o valor anterior à repactuação, sendo que o novo valor já era devido. Não houve divergências nas demais verificações do teste.

Em relação aos transportes, um dos riscos identificados pela AudIn foi o de subtração dos veículos da frota da Universidade por terceiros. No entanto, segundo informação prestada pela gestora da área em resposta à SA 07-P01, os veículos ficam guardados em um espaço fechado no pátio da Prefeitura Universitária, sendo que a retirada dos mesmos só é autorizada aos solicitantes (servidores, docentes e/ou motoristas autorizados), após verificação dos documentos necessários para o requerimento de veículos. Desta forma, o controle interno se mostrou suficiente para minimizar os riscos de que os veículos sejam subtraídos por ausência de fiscalização. Cumpre salientar que, mesmo com as devidas precauções, o risco continua existindo, por motivos de caso fortuito. Ressalta-se ainda, que esta auditoria obteve como escopo somente o campus de São Carlos, desta forma, a AudIn não analisou este risco em relação aos veículos armazenados em outros campi.

Outro risco identificado foi o de eventual concessão de autorização para dirigir veículos da Universidade para solicitantes com CNH vencida ou que ultrapassaram o limite de pontuações na mesma. No entanto, conforme informado pela gestora em reunião e reiterado por e-mail, a liberação para conduzir o veículo, ocorre somente após a verificação de documentos que compõem o processo de solicitação, tais quais: requerimento assinado pela chefia, cópia da CNH e extrato de multas, que são devidamente verificados pelos servidores do DeTrans e arquivados (o procedimento pode ser verificado no processo SEI 23112.105714/2019-60). Desta forma, o controle interno mostrou-se eficaz para mitigar o risco.

Além do exposto, identificou-se o risco de pagamento equivocado de pedágios. No entanto, conforme informado em resposta à SA 07-P01, a Universidade é isenta do pagamento de pedágios. Em relação ao pagamento de combustíveis, foi realizado teste para averiguação do controle interno para checagem dos pagamentos. Foi verificado o consumo referente ao Etanol, que foi o combustível com maior consumo durante todo o ano de 2019. Foram selecionados os 4 veículos (correspondente a 18,18% do total de veículos abastecidos com etanol) com maior consumo no período (placas: EOD 0814, EOD0813, GAJ6860 e DBS5746). Os consumos apresentados pela empresa NEO que é competente pelo controle e gerenciamento dos veículos foi o seguinte: EOD 0814 – R\$ 6.964,99, EOD 0813 – R\$ 6.662,44, GAJ 6860 – R\$ 7.282,76 e DBS 5746 – R\$ 5.263,02.

Em contrapartida, os valores apresentados pela Universidade possuíam pequenas divergências: EOD 0814 – R\$ 6870,69, EOD 0813 – R\$ 6.669,52, GAJ 6860 – R\$ 7.294,58 e DBS 5746 – R\$ 5.284,39. Em reunião que ocorreu no dia 22/07/2020, a gestora da área de contratos informou que as divergências se deram porque os veículos em

questão possuem reservatório de gasolina, que deve ser abastecido periodicamente. Ocorre que, a UFSCar realiza o controle de todos os abastecimentos no mesmo documento, separando os dados somente por veículos, enquanto a NEO separa os abastecimentos por tipo de combustível. A gestora apresentou ainda, um cupom fiscal fornecido pelo posto de combustível para ilustrar a situação acima. Desta forma, a validação dos valores pagos realizada pela gestora da área de transporte se mostrou consistente.

As demais avaliações e testes resultaram em constatações, explanadas nos Resultados dos Exames e Recomendações.

## 2. RESULTADOS DOS EXAMES E RECOMENDAÇÕES

**2.1. CONSTATAÇÃO:** Reestruturação da PU-SC sem redistribuição de atividades.

**Causa:** Ausência de regimento ou estatuto que explicita as competências da PU-SC, respaldando a necessidade de servidores qualificados.

**Análise de auditoria interna:** Conforme mencionado na Introdução, atualmente há o risco de atividades importantes referentes à DiEET e áreas transferidas não serem mais executadas, a exemplo da conferência de faturas de energia elétrica por servidor especializado. Como não há meios de saber neste momento todas as atividades que deixaram de ser feitas, é importante que a PU-SC realize uma completa revisão das atividades feitas no passado e garanta que aquelas que estejam associadas a riscos significativos, sejam retomadas.

**2.1.1. RECOMENDAÇÃO:** levantamento e reavaliação de todas as atividades realizadas antes da reestruturação iniciada em 2018.

**2.2. CONSTATAÇÃO:** Ausência de documentação de regimento e procedimentos na PU.

**Causa:** Fragilidades na documentação das competências da PU, sua missão, visão e objetivos que orientem os procedimentos-padrão do órgão.

**Análise da Auditoria:** Foi constatada ausência de institucionalização em dois níveis – estratégico e operacional. Do ponto de vista estratégico, na resposta à SA01, foi informado que não há atualmente regimento da PU. A AudIn verificou se há responsabilidades da PU-SC registradas em documentos a nível de instituição, mas não foi encontrada, no estatuto da UFSCar, menção à Prefeitura Universitária ou suas responsabilidades. Do ponto de vista operacional, não foram apresentados fluxogramas ou mapas de processo institucionalizados (resposta à SA01). Portanto, no momento do início da auditoria não havia qualquer registro que desse embasamento para o que PU faz ou deveria fazer, nem como deveria fazer. Este fato apresenta um risco generalizado para todos os processos, assim como à segurança e integridade das pessoas no campus e patrimônio público. Faz-se necessário o mapeamento de todos os processos, prevendo os riscos que apresentam aos objetivos da PU e da UFSCar, os

controles internos de cada processo e as responsabilidades dos servidores na execução de suas atividades. Além disso, é necessária a institucionalização das competências, missão, visão e objetivos em regimento ou estatuto da PU, para alinhamento de responsabilidades perante a outros órgãos da UFSCar.

**2.2.1. RECOMENDAÇÃO:** Criação de 1) estatuto ou regimento que deixe claras as competências e responsabilidades da PU e 2) procedimentos-padrão para todos os processos da PU, considerando normas técnicas e de segurança, riscos e controles internos.

**2.3. CONSTATAÇÃO:** Ausência de controles internos referentes à manutenção preventiva.

**Causa:** Ausência de mapa de processo institucionalizado prevendo os controles internos relativos à manutenção preventiva.

**Análise da auditoria interna:** Em resposta à SA02, a PU informou que devem ser realizadas manutenção preventiva a plataformas elevatórias, elevadores, geradores, quadros elétricos de água potável e transformadores (manutenção elétrica), assim como em diversos elementos do abastecimento de água potável. Nos sistemas prediais, foi informado que deve haver preventiva das bombas de água potável. Apesar disso, foi confirmado na SA04 que a manutenção preventiva é realizada somente nas plataformas elevatórias e geradores (por terceiros), pela razão dos demais equipamentos terem um custo muito alto de manutenção. A PU informou na resposta à SA04, que mantém bombas de água e transformadores reservas para troca caso falhem. Apesar da troca posterior à falha mitigar os efeitos da mesma, não foi apresentada uma avaliação de probabilidade e impacto para embasar a decisão de não realizar uma manutenção preventiva que a própria PU considera necessária, conforme suas respostas. Quando questionada sobre o risco de outros equipamentos necessitarem manutenção preventiva (além dos listados), a PU respondeu à SA04 informando que um antigo servidor da PU levantou quais equipamentos precisariam de manutenção preventiva a partir dos manuais dos equipamentos.

A manutenção preventiva costuma ser adotada para prevenir paradas nos equipamentos considerados críticos para as atividades da organização, para garantir a segurança ou para evitar custos maiores com o reparo ou troca do equipamento. Controles internos frágeis relativos à manutenção preventiva podem ter alto impacto na organização. Para fins de exemplo, em resposta à SA03, a PU informou que “a não realização dela (manutenção preventiva em geradores), pode ter impacto na Universidade como um todo, pois corre-se o risco de interrupção dos serviços disponibilizados pela Secretaria da Informática (SIn), numa eventual queda de energia e, conseqüentemente, todo o sistema de informação da Universidade, incluindo aulas EAD, ficaria paralisado”. Percebe-se que a falta de manutenção preventiva pode acarretar em prejuízos à atividade-fim da Universidade.

Apesar da PU-SC ter apresentado evidências da contratação de serviços de manutenção preventiva dos geradores e plataformas na periodicidade estabelecida, é necessário fortalecer os controles internos referentes a quais equipamentos requerem a preventiva e como deve ser feita a avaliação para dispensá-la em função dos custos.

**2.3.1. RECOMENDAÇÃO:** Estudo que valide quais equipamentos requerem manutenção preventiva.

**2.3.2. RECOMENDAÇÃO:** Implementação de controles internos visando a avaliação de risco antes de suspender a manutenção preventiva em equipamentos onde a PU-SC definiu que fossem necessárias.

**2.4. CONSTATAÇÃO:** Fragilidades nos controles internos referentes à tempestividade no atendimento a chamados.

**Causa:** Fragilidades nos controles internos de atendimento a pedidos de manutenção.

**Análise da Auditoria Interna:** A PU-SC atualmente recebe solicitações de manutenção corretiva elétrica e predial através do sistema interno [servicos.ufscar.br](http://servicos.ufscar.br). Ao ser questionada sobre metas de tempo para atendimento aos chamados, a PU-SC informou que devido a restrições de mão-de-obra e complexidade dos diferentes serviços (elétrica, hidráulica, etc.), não foi possível estabelecer metas de atendimento (resposta à SA03). Apesar destas dificuldades, a AudIn acredita que metas de atendimento são uma ferramenta essencial para a gestão da mão-de-obra. Através de metas e indicadores, é possível avaliar o desempenho dos funcionários e detectar situações de insuficiência de mão-de-obra, semelhantes àquelas apresentadas pela PU. Com dados e indicadores, há a possibilidade de fazer uma gestão do trabalho e solicitar recursos com embasamento em dados reais, ajudando a solucionar problemas da gestão. Além disso, metas e indicadores mitigam o risco de segurança, visto que quanto maior o tempo as estruturas permanecem com falhas e defeitos, maior o risco de acidentes ou parada das áreas afetadas. Apesar dos serviços serem heterogêneos, há a possibilidade de criar metas específicas para cada tipo de serviço.

No caso do processo de poda e corte de árvores pela área de Urbanização, foi identificado o risco de não priorização de casos mais urgentes do que outros recebidos antes. Os pedidos de corte são feitos pela comunidade ou pela Secretaria de Gestão Ambiental e Sustentabilidade (SGAS). A poda deve ser autorizada pela própria SGAS, que envia um laudo à PU autorizando e/ou pedindo o corte e poda. A PU-SC foi questionada sobre haver indicativos de urgência e priorização. Apesar de afirmarem que a SGAS passa tais informações, no exemplo de laudo apresentado, não há indicativo de urgência ou priorização para o corte. Se não houver sistema de priorização, há o risco de árvores com maior risco serem tratadas posteriormente àquelas com menor risco, resultando em uma gestão inconsistente, podendo inclusive, colocar em risco a integridade patrimonial da Universidade e física dos cidadãos que a frequentam.

**2.4.1. RECOMENDAÇÃO:** Implementação de metas e indicadores de tempestividade nos atendimentos de manutenção e urbanização.

**2.4.2. RECOMENDAÇÃO:** Implementação de controles internos para definição de priorização.

**2.5. CONSTATAÇÃO:** Fragilidades nos controles internos referentes à segurança do trabalho de servidores da PU-SC.

**Causa:** ausência de regimento e procedimentos-padrão que institucionalizem a necessidade de atendimento às normas técnicas e de segurança.

**Análise da Auditoria Interna:** A PU-SC apresentou as normas técnicas e de segurança e controles internos a serem seguidas pelas respectivas áreas:

Área de manutenção elétrica (resposta à SA02):

- NBR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- NBR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- NBR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- NBR -35 - Trabalho em Altura;
- NBR - 5410: Instalações elétricas de baixa tensão;
- NBR - 14039: Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV.
- NBR - 5419: Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas.
- Informação de que anualmente devem ser realizados treinamentos dos servidores quanto às normas

Área de manutenção predial (resposta à SA02):

- NBR 5.410: Instalações elétricas de baixa tensão;
- NBR 5.626: Instalação predial de água fria;
- NBR 8.160: Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução;
- NBR 10.844: Instalações prediais de águas pluviais;
- NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- NR-23: Proteção Contra Incêndios.
- Informação de que são feitos treinamentos das normas junto aos servidores

Área de marcenaria e serralheria (resposta à SA02):

- NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI
- Foi informado que anualmente os servidores recebem o treinamento de segurança

Área de urbanização (resposta à SA03):

- NR 7 - PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional)
- NR 9 - PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais).

No entanto, quando solicitadas evidências de treinamento ao servidor da área de manutenção elétrica, foi informado que este não recebeu qualquer treinamento em

2019. Quando questionada sobre o cronograma de treinamentos dos servidores da manutenção predial, a PU-SC informou na resposta à SA04 que não há cronograma de treinamento e que em 2019, somente 2 servidores receberam treinamento, e no caso, somente o treinamento sobre trabalho em altura. Em resposta à SA04, foi informado que não há normas técnicas e de segurança para servidores vigilantes. Em resposta à SA03, foi informado que servidores da marcenaria e serralheria não receberam treinamentos em 2019. Há, portanto, necessidade sistêmica de controles internos mais robustos em toda a segurança do trabalho da PU-SC.

Visto que os servidores manuseiam equipamentos pesados, realizam trabalhos em altura e dirigem equipamentos automotores como caminhonetes e tratores, foi questionado quais os controles adotados para evitar que seja permitido servidores executarem suas atividades sob a influência de álcool ou entorpecentes. Na resposta à SA04, foi informado que não há política interna a respeito ou controles internos para a mitigação do risco. O risco de acidentes é considerado crítico na situação atual pelos seguintes fatores:

- Pelos dados de 2018, a UFSCar contava com aproximadamente 2.300 servidores, aprox. 17.000 alunos de graduação e pós-graduação presenciais, assim como alunos que efetivamente moram na moradia fornecida no campus. A universidade contava ainda com um contingente de funcionários terceirizados. A maioria destas pessoas trabalhavam ou estudavam no campus de São Carlos (fonte: Relatório de Gestão UFSCar 2018). O campus recebe público externo de todas as idades. Estes trabalhadores, estudantes e público em geral estão expostos aos riscos apresentados pelos serviços sendo realizados no campus.
- O ativo imobilizado da UFSCar era de aprox. R\$ 683 milhões em 2018; não seguir normas de segurança pode acarretar na perda de equipamentos, assim como estruturas elétricas e prediais.
- A UFSCar conta com laboratórios com equipamentos de pesquisa de alto valor, que na maioria das vezes constituem investimentos de outros órgãos públicos de fomento, que também ficam sujeitos ao risco apresentado pelos servidores da UFSCar.
- O servidor federal deve realizar suas funções conforme a Lei 8.112 de 11/12/1990 e conforme o Decreto nº 1.171 de 22/06/1994 e ser responsabilizado, em caso de descumprimento.
- Além destes impactos, a imagem e reputação da Universidade podem ser prejudicadas por eventual incidente.

Em face dos grandes impactos possíveis decorrentes da conduta de servidores que realizam tais serviços, recomenda-se a adoção de controles internos com relação à segurança do trabalho.

Visto que há legislação sobre os deveres e responsabilidades do servidor público federal, assim como a existência de uma Comissão de Ética Permanente na UFSCar, recomenda-se que a PU-SC melhore os controles internos na divulgação destas responsabilidades para mitigar o risco de atuação negligente de servidores e acidentes de grande impacto.

**2.5.1. RECOMENDAÇÃO:** Implementação de controles internos visando a execução de serviços conforme as normas técnicas e de segurança na PU-SC.

**2.5.2. RECOMENDAÇÃO:** Implementação de controles para mitigar risco de exercício de servidores e terceiros em situação de embriaguez.

**2.5.3. RECOMENDAÇÃO:** realização de treinamentos periódicos com todos os servidores que desempenhem suas atividades de forma insalubre ou periculosa, conforme mencionado acima.

**2.6. CONSTATAÇÃO:** Fragilidades nos controles internos de fiscalização de normas técnicas e segurança do trabalho de funcionários terceirizados.

**Causa:** Fragilidades nos controles internos de fiscalização técnica do trabalho de terceirizados

**Análise da Auditoria Interna:** Diversos serviços de competência da PU são terceirizados (em conjunto, ou não com a execução por servidores): a empresa WORKS realiza a limpeza, conservação e asseio, a RCA realiza a manutenção predial e serviços gerais, a GMS realiza a urbanização, a empresa GI faz a vigilância, a Orbenk presta serviços de portaria, e a empresa Neo Facilidades presta serviços de gestão de frota. A grande parte dos funcionários das empresas que prestam serviços à UFSCar, atuam no campus e manuseiam equipamentos pesados. As atividades e os processos apresentam um risco inerente à comunidade e patrimônio, de forma similar aos processos realizados internamente pela PU. Apesar das empresas serem responsáveis por oferecerem o serviço conforme o contrato, a UFSCar é responsável pelos controles internos de segurança ao patrimônio público e comunidade universitária, assim como pela fiscalização de cumprimento do contrato. A Auditoria questionou a PU sobre a fiscalização por ela ou por fiscais de contrato do cumprimento de normas de segurança pelas empresas terceirizadas. Para a empresa RCA, a PU informou na SA02, que é feita a fiscalização pelo fiscal técnico e gestor do contrato sobre o uso de EPIs, no entanto, não são mantidos registros. Para a empresa GMS, foi informado na resposta à SA03, que não são mantidos registros (pelo chefe da Seção de Urbanização) da fiscalização da terceirizada no cumprimento de normas de segurança. Na resposta à SA04, foi informado que não é feita a fiscalização de cumprimento de normas pelos terceirizados dos contratos de portaria e vigilância. Portanto, não foram oferecidas evidências da fiscalização por parte da UFSCar, o qual representa uma fragilidade nos controles internos.

Os serviços realizados pela empresa Megatec incluem manutenção predial e elétrica. Apesar da PU-SC ter informado na reunião do dia 23/01/2020 que este contrato foi administrado e firmado pela ProAd, a natureza da atividade é de competência da PU-SC. Inclusive, antes de tais atividades terem sido firmadas junto à Megatec, muitas eram realizadas ou geridas pela PU-SC. Por esta razão, a AudIn incluiu os serviços da Megatec no escopo da auditoria e verificou junto ao gestor do contrato e fiscais técnicos sobre a fiscalização de cumprimento de normas de segurança por esta empresa. Dos seis fiscais técnicos aos quais foi solicitado evidências da fiscalização de cumprimento de normas de segurança, quatro responderam à solicitação. Nenhum destes afirmou que verifica regularmente ou mantém registros do cumprimento de



normas de segurança. O antigo gestor do contrato com a Megatec complementou a resposta dos fiscais de forma voluntária, informando que foram verificadas situações onde funcionários da Megatec, estavam realizando atividades sem EPI ou uniforme apropriado, e que tais situações foram formalmente comunicadas à empresa e exigidas providências. Apesar do antigo gestor do contrato ter comunicado essa constatação, percebe-se que a fiscalização não é feita de forma regular pela PU-SC ou pelos fiscais de contrato. A fiscalização como controle é importante para mitigar riscos de segurança à comunidade universitária, conforme apresentado na constatação anterior, e diz respeito à qualidade ao à forma como o serviço é realizado. Por conseguinte, recomenda-se que a PU-SC faça melhorias nos controles internos de responsabilidades de fiscalização.

A AudIn verificou ainda outras fragilidades nos controles internos da função do fiscal técnico. Nas repostas dos fiscais da Megatec, foi verificado que um dos fiscais técnicos não exerce, na prática, o papel de fiscal apesar de não apresentar documento de exoneração da função. Além disso, o antigo prefeito universitário, que consta como fiscal técnico tampouco exerce a função, e também não apresentou evidência de exoneração. Isto aponta, portanto, fragilidades nos controles internos do gestor de contrato de garantir que os fiscais nomeados estejam exercendo sua função. Não é justo ou eficiente para a gestão pública, todo o trabalho de fiscalização ser feito por parte dos fiscais ou ter pessoas apontadas para a função sem necessidade, a menos que seja no sentido de suplente para casos de férias e afastamento. Recomenda-se que o gestor de contrato exija relatórios de todos os fiscais apontados, prezando pela carga igualitária de trabalho entre eles.

**2.6.1. RECOMENDAÇÃO:** Implementação de controles internos de fiscalização de cumprimento de normas técnicas e de segurança por empresas terceirizadas.

**2.6.2. RECOMENDAÇÃO:** Implementação de controles internos para garantir que todos os fiscais técnicos nomeados estejam exercendo a função, com evidências das constatações realizadas no ato da fiscalização (ex: fotografias, envio de advertência/comunicação à terceirizada, etc.).

**2.7. CONSTATAÇÃO:** Ausência de controles internos referentes à segurança geral do campus.

**Causa:** ausência de institucionalização de política de segurança na Universidade.

**Análise da Auditoria Interna:** O campus de São Carlos conta com uma extensão de 645 hectares e diversos pontos de acesso, e, conforme já comentado, além da comunidade universitária, o campus é acessível ao público. Além disso, recursos públicos são aplicados em contratos de segurança, sistemas de câmeras entre outros recursos voltados para a segurança. No entanto, se não houver uma avaliação holística da segurança nos campi, identificando principais riscos e melhor forma de mitigação, o público e patrimônio podem seguir vulneráveis e os recursos gastos atualmente tornam-se inefetivos. Na reunião explanatória do dia 23/01/2020, os gestores da PU informaram que a área não conta com uma política, diretriz ou estudo sobre a segurança do campus. A Auditoria direcionou o questionamento à Reitoria, a qual

informou no processo SEI 23112.004200/2020-21, que a UFSCar tem buscado estabelecer parcerias com a Polícia Militar, mas que com a mudança na gestão desse órgão, não houve continuidade. Foi informado ainda que o ConsUni aprovou parcialmente a atualização do Plano de Segurança para o campus de São Carlos.

A Reitoria informou, no entanto, que não houve ação efetiva para a implantação do plano. A AudIn recomenda que o Plano seja atualizado com o objetivo de apontar as principais vulnerabilidades de segurança atualmente, e que seja verificado se são necessárias mudanças no uso dos recursos atualmente disponíveis (serviços de vigilância e portaria, uso de câmeras e monitoramento em tempo real, políticas internas, etc.), assim como incremento aos recursos. Igualmente importante é a institucionalização de regras e divulgação das mesmas para a comunidade.

**2.7.1. RECOMENDAÇÃO:** Revisão e implantação do Plano de Segurança da UFSCar (Reitoria).

**2.8. CONSTATAÇÃO:** Fragilidades nos controles internos da gestão de patrimônio.

**Causa:** Controles internos frágeis no que tange à responsabilidade dos servidores sobre o patrimônio.

**Análise da Auditoria Interna:** Em face da quantidade de equipamentos e automóveis sob responsabilidade da PU, o risco inerente de perda ou dano de bens públicos é significativo. Quando questionada sobre os controles internos relativos ao patrimônio, a PU respondeu à SA02, informando que é feito um controle diário pela chefia imediata dos itens sob a responsabilidade de cada servidor, conforme registro na Coordenadoria de Patrimônio (CPat). No entanto, após análise dos itens sob responsabilidade da PU conforme registro na CPat, foi constatado que diversos itens se encontram em nome de servidores aposentados ou que não estão mais alocados na PU-SC, o que evidencia que o controle diário é inefetivo. Visto que as normas da CPat (Fluxo de Transferência de Carga Patrimonial, disponível em [http://www.proad.ufscar.br/menu-lateral/arquivos/procedimentos-da-proad/transferencia\\_de\\_carga\\_patrimonial](http://www.proad.ufscar.br/menu-lateral/arquivos/procedimentos-da-proad/transferencia_de_carga_patrimonial)) atribuem a responsabilidade de alteração de responsável ao servidor, são necessárias melhorias nos controles internos da PU na gestão de patrimônio.

A AudIn solicitou que a PU apresentasse itens da listagem de patrimônio sob responsabilidade da PU, de forma a comprovar que eles ainda estejam sob guarda da PU ou da UFSCar. A amostragem foi feita visando selecionar itens eletroeletrônicos que apresentam um valor mais significativo de mercado comparado a outros itens da lista (ex. mobília). Dos 25 itens cuja apresentação foi solicitada, a PU apresentou fotos do item e sua placa de patrimônio para somente 6 itens. Para dois itens foi apresentado comprovante de devolução do item pelo servidor à DISG. No entanto, a DISG é área integrante da PU, portanto o item deveria continuar em sua posse. Para um item foi apresentado pedido de baixa de patrimônio à CPat devido à falta de condições de uso. A PU não pode apresentar evidências para 16 itens da lista. Cabe ressaltar que a pandemia da COVID-19 e o trabalho remoto apresentam dificuldades para a verificação dos itens, os quais estão em prédios da UFSCar. Ainda assim, aos itens que se comprovarem extraviados deverá ser aplicada a Instrução Normativa CGU 04/2009, que indica apuração de extravio ou danos a bem público por intermédio de Termo

Circunstanciado Administrativo (TCA) e suas atualizações, conforme indicado na página online da CPat.

**2.8.1. RECOMENDAÇÃO:** implementação de fluxo de controle de patrimônio, com divulgação aos servidores para conhecimento e aplicação.

**2.8.2. RECOMENDAÇÃO:** Aplicação das determinações da IN CGU nº 04/2009 para os 16 itens constatados como extraviados.

**2.8.3. RECOMENDAÇÃO:** Atualização de toda a listagem patrimonial da PU de forma a refletir a real situação do patrimônio e seus responsáveis e dar as devidas providências a itens que forem verificados como extraviados.

**2.9. CONSTATAÇÃO:** Fragilidades nos controles internos de racionalização do consumo de utilidades.

**Causa:** Ausência de estatuto ou regimento institucionalizado com as competências da PU.

**Análise da Auditoria Interna:** Visto que a PU é responsável pela infraestrutura da universidade, ela tem uma relação direta com o consumo de utilidades (energia elétrica, água, recursos hídricos). A PU informou na resposta à SA02 que um dos objetivos da área de Manutenção Elétrica é a racionalização do consumo de energia elétrica e outros recursos. No entanto, quando questionada sobre as ações de conscientização e racionalização do consumo, ela informou na resposta à SA03, que desde 2018, quando se iniciou a reestruturação da PU-SC, esta deixou de se encarregar de atividades relacionadas à racionalização.

Apesar da PU-SC ter somente um servidor na área de manutenção elétrica atualmente, não foi feita uma divisão e redistribuição das atividades entre as áreas (conforme informado na reunião do dia 23/01/2020 com os gestores da PU). Portanto, não se pode partir do princípio que outra área tenha assumido a responsabilidade por programas de racionalização de consumo de utilidades. Desta forma, é necessário que a PU, enquanto tenha este como um de seus objetivos, adote controles internos para garantir que programas deste tipo sejam executados. Visto que outras áreas também podem ter interesse nestes objetivos (ex. Secretaria de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, SEGEF, centros acadêmicos que estudem a eficiência de estruturas prediais), é importante a coordenação com essas áreas para facilitar o trabalho da PU.

**2.9.1. RECOMENDAÇÃO:** Adotar controles internos para garantir ação sobre a racionalização do consumo de utilidades, tanto conscientização, quanto com tecnologias eficientes.

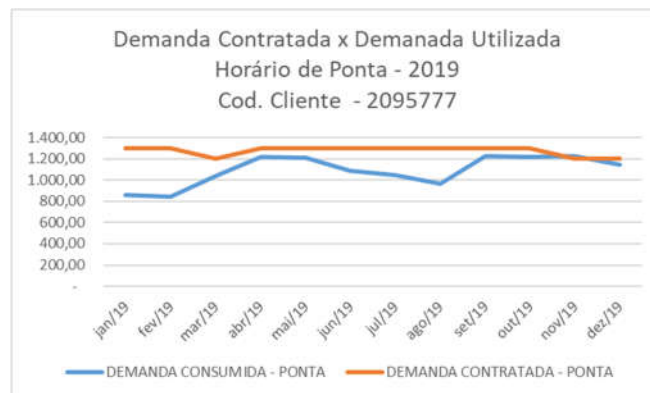
**2.10. CONSTATAÇÃO:** Fragilidades nos controles internos na gestão da energia elétrica.

**Causa:** Ausência de profissional capacitado na PU-SC para análises específicas e ausência de procedimento operacional para esta atividade.

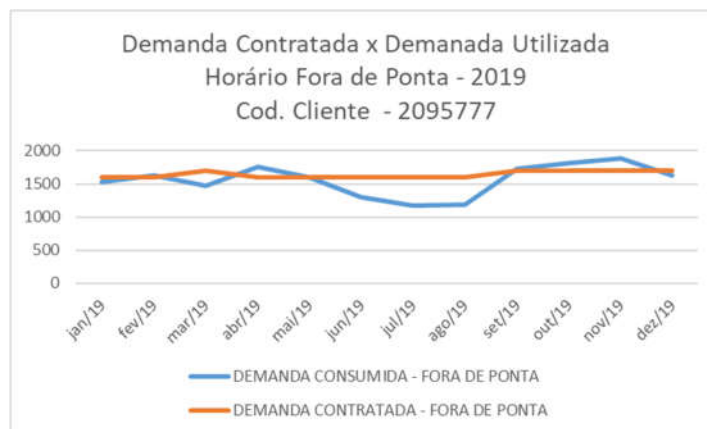
**Análise de Auditoria Interna:** A AudIn avaliou os controles internos referentes à demanda contratada de energia elétrica. Caso a demanda consumida for menor do que

a demanda contratada, é cobrada a demanda contratada. Caso a demanda contratada for ultrapassada, é cobrada uma multa pela ultrapassagem. Sendo assim, o dimensionamento da demanda contratada é importante para evitar desperdícios no caso de superdimensionamento e evita gastos adicionais em caso de subdimensionamento. A AudIn realizou um teste para verificar a quantidade de vezes que houve uma variação de 20% ou mais da demanda consumida (acima ou abaixo) com relação à demanda contratada. O teste foi realizado para os 12 meses de 2019 para o código de cliente 2095777. Dos 12 meses, houve 3 casos de demanda no horário de ponta utilizada abaixo de -20% da demanda contratada – 66%, 65% e 74%. No horário fora de ponta, houve 2 incidências, onde a demanda utilizada foi de 73% e 74% da contratada. O teste foi feito também para os 9 meses de abril a dezembro para o código de cliente 41952030. Houve 3 incidências de variação de mais de 20% da demanda contratada tanto para o horário de ponta quanto fora de ponta, nos meses de jun/19, jul/19 e ago/19, todas com variação negativa. Por outro lado, há meses na amostra que resultaram em multa por ultrapassagem da demanda contratada (Gráficos 1-4).

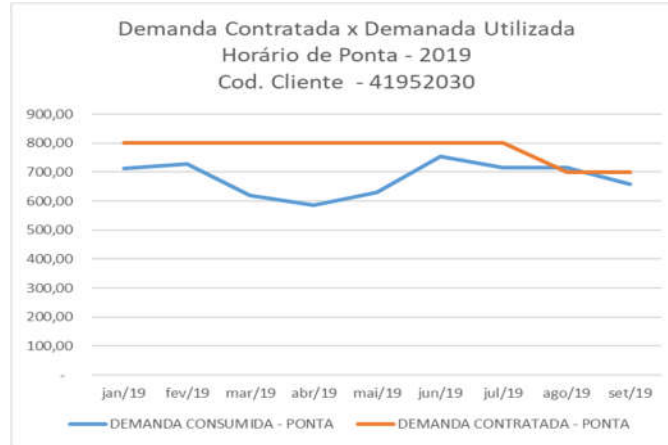
**Gráfico 1: Demanda Contratada x Utilizada em Horário de Ponta - Cód. Cliente 2095777**



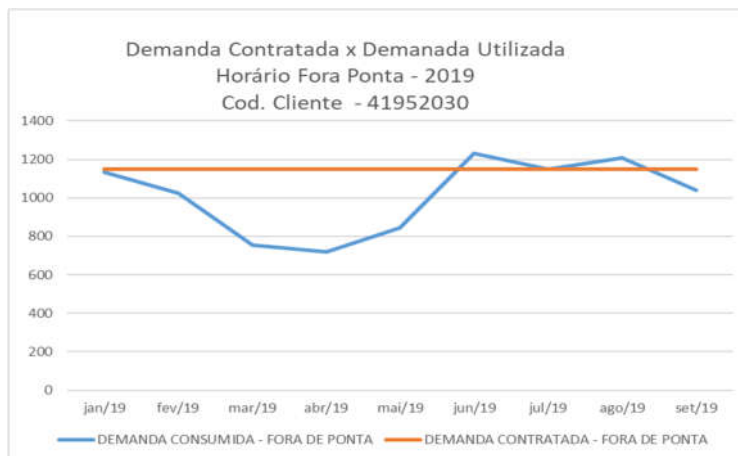
**Gráfico 2: Demanda Contratada x Utilizada em Horário Fora de Ponta - Cód. Cliente 2095777**



**Gráfico 3: Demanda Contratada x Utilizada em Horário de Ponta - Cód. Cliente 41952030**



**Gráfico 4: Demanda Contratada x Utilizada em Horário Fora de Ponta - Cód. Cliente 41952030**



Trata-se de um tema técnico e sensível, visto que há variações de utilização da demanda nos dois sentidos e que o uso da rede de energia é sazonal devido às férias escolares e por isso, sempre haverá variações e alguma perda. A AudIn recomenda que especialistas avaliem a situação atual para verificar se há oportunidades de mudanças que permitam menores custos com a demanda a um risco aceitável.

A AudIn identificou o risco de a energia cobrada na fatura ser diferente da energia efetivamente consumida pela Universidade. Quando questionada sobre como é feita a verificação da fatura e se é feita uma comparação entre o cobrado e o consumido (através de leitura de relógios, registros em subestações, etc.), a PU-SC informou na reunião do dia 15/06/2020 que é feita uma verificação por servidor para fins de liquidação, mas que não é validado se a energia cobrada é igual à consumida. Há pontos de leitura de energia consumida na Universidade, mas não há garantias que estes representem o consumo total. Portanto, não há informações suficientes para um teste substantivo pela Auditoria. A AudIn recomenda que a PU-SC avalie a possibilidade de

testes, mesmo que amostrais, para validar se a energia cobrada é igual à energia consumida, em face dos altos valores cobrados.

**2.10.1. RECOMENDAÇÃO:** Implementação de controles internos de avaliação da demanda contratada de energia.

**2.10.2. RECOMENDAÇÃO:** Implementação de processo de conferência da energia cobrada, comparada à energia consumida.

**2.11. CONSTATAÇÃO:** Multas de atraso no pagamento de contas de energia elétrica

**Causa:** Ausência de controles internos referentes à data de vencimento de contas.

**Análise da Auditoria Interna:** Um dos riscos identificados pela AudIn foi a incidência de multas por atraso no pagamento de contas de utilidades. Ao avaliar a incidência de multas em boletos fornecidos na resposta à SA03, a AudIn identificou que de 37 boletos apresentados de 2019 (há 4 códigos de cliente da UFSCar), 19 boletos continham cobrança de multas, juros e atualização monetária, totalizando aproximadamente R\$ 113 mil (incidência de 51%). Em reunião no dia 15/06/2020, a PU apresentou o processo de pagamento, informando que a liquidação é aprovada pela PU e o boleto é encaminhado pela PU à CFin para pagamento. A PU informou que não há controles internos relativos a prazos para envio do boleto à CFin em função da data de vencimento, mas que o encaminhamento é feito com tempestividade.

A AudIn realizou uma reunião com a CFin no dia 24/06/2020, para entender os controles internos com relação à data de vencimento, e foi informada que o governo federal libera recursos para pagamento somente no mês seguinte à liquidação dos boletos. Visto que a CPFL costuma apresentar os boletos de maior valor com aproximadamente 10 dias úteis de antecedência da data de vencimento, o prazo geralmente não é suficiente para o efetivo pagamento. A AudIn selecionou 5 amostras de boletos para verificar o funcionamento do processo e foi constatado que em 3 casos (60%) a própria liquidação foi feita após o vencimento, sendo que nestes 3 casos o boleto havia sido recebido na CFin com dias de antecedência. Em 4 dos 5 casos, a data da ordem bancária era posterior à data de vencimento. Portanto, há necessidade de melhorias: 1) nos controles internos para realização da liquidação a tempo e 2) dos controles internos referentes a datas de vencimento pactuadas e expectativa de liberação de recursos. Na mesma reunião com a CFin, esta informou à AudIn que há a possibilidade de as datas de vencimento serem perdidas de forma sistemática nos demais pagamentos feitos através da CFin. Por conseguinte, se faz necessária uma avaliação de pagamentos a cada fornecedor ou prestador de serviço da UFSCar para verificar a possibilidade de melhorias nos controles internos, visando atingir a menor incidência de multas possível.

**2.11.1. RECOMENDAÇÃO:** Melhorias nos controles internos para garantir que a liquidação seja feita com antecedência suficiente para pagamento antes da data de vencimento. (CFin)

**2.11.2. RECOMENDAÇÃO:** Melhorias nos controles internos que visem liberação de recursos a tempo das datas de vencimento, abrangendo as contas da UFSCar como um todo, incluindo as da CPFL (CFin).

**2.12. CONSTATAÇÃO:** Ausência de verificação de danos nos veículos da frota UFScar após a devolução dos mesmos pelos usuários.

**Causa:** Ausência de controles internos para a conservação da frota de veículos

**Análise da Auditoria Interna:** Em reunião realizada no dia 22/07/2020 com a servidora responsável pelo Departamento de Transporte (DeTrans), a mesma informou que não é realizado qualquer procedimento para averiguação de eventuais danos causados aos veículos pelos condutores no ato da devolução dos mesmos, tendo em vista que a ausência de mão-de-obra no Departamento impossibilita a realização de tal ato.

Cumprе salientar que, a ausência de verificação da necessidade de reparos, pós utilização dos veículos, pode acarretar acidentes com os usuários posteriores. Além disso, a checagem no ato do recebimento dos veículos proporcionaria uma manutenção tempestiva para reparo do item danificado, a fim de que o automóvel não permaneça em desuso por muito tempo.

No mais, o conhecimento tardio de eventuais reparos necessários, pode prejudicar toda a logística para distribuição aos condutores, haja vista que o automóvel a ser utilizado pode necessitar de um reparo não previsto anteriormente, que poderia ter sido identificado com a verificação pós entrega.

Outro fato que contribuiria para o controle interno de verificação de danos e necessidade de reparos nos veículos seria o preenchimento de formulário pelos condutores, no ato da entrega dos automóveis, onde constem eventuais falhas mecânicas, elétricas e/ou quaisquer outros danos nos veículos durante a condução dos mesmos.

Desta forma, embora atualmente o Detrans seja composto por apenas dois servidores, a atividade de verificação das condições dos veículos no ato da devolução, com anotação de eventuais achados auxilia na preservação do patrimônio da Universidade, bem como, ajuda na preservação da integridade física de todos os usuários dos veículos, e, por tal razão, torna-se imprescindível para o gerenciamento eficaz da frota.

**2.12.1 RECOMENDAÇÃO:** Implementar controles internos para a verificação de ocorrência de danos, necessidade de reparos e sinistros aos veículos pertencentes à frota UFScar, no ato da devolução pelos usuários.

**2.13. CONSTATAÇÃO:** Inconsistências no processo de cobrança de serviços de reparos e adequações prediais.

**Causa:** Processo manual de checagem de preços e controle em planilhas Excel, método sujeito a falhas.

**Análise da Auditoria Interna:** Um dos riscos identificados pela AudIn é o risco de aprovação de pagamento de valores inconsistentes com os valores pactuados. Conforme o Edital de Compras deste contrato, o valor unitário a ser pago à Megatec é aquele constante da tabela de referência SINAPI ou equivalente do momento da solicitação dos serviços à contratada. A AudIn realizou um teste comparando o preço

das tabelas de referência aos preços aplicados pela UFSCar, para posterior avaliação e emissão de NF pela Megatec. As amostras utilizadas são as medições de maior valor dos meses de abril, maio e junho de 2020, respectivamente (visto que houve mudança do gestor de contrato em janeiro de 2020, foram necessárias amostras de 2020 para refletir a gestão atual). Dentro de cada medição, foi aplicado o método de Pareto (80/20) para a seleção de itens a serem verificados (sendo assim, foram selecionados itens que somam aproximadamente 80% do valor da medição). Na medição de abril (medição 22, reforma do RU do campus de Araras), os itens 17/ORSE (demolição de reboco), SINAPI 86912 (torneira cromada longa de parede) e 9755/ORSE (tampo em aço inoxidável) apresentaram divergência de valores (para o primeiro foi pago valor a menor e para os dois últimos, valor a maior), resultando no pagamento de R\$ 20.653,92 acima do devido, para estes 3 itens (Tabela 02). A AudIn constatou que inconsistências deste tipo não ocorreram de forma generalizada, visto que ocorreram na mesma medição, do mesmo mês e que as divergências representam uma parcela pequena de todos os itens testados. A PU comunicou a AudIn na resposta à SA13, que esta se tratou de uma medição atípica, com limitação de tempo hábil para medição e indisponibilidade temporária do sistema de consulta (Orçafascio) e, portanto, estes fatores podem ter causado inconsistências de valor a menor e a maior (inclusive como os casos constatados pela AudIn). Recomenda-se, portanto, que os demais itens desta medição sejam validados e que a diferença final seja descontada pela parte devedora, após consulta com a Procuradoria Federal sobre o procedimento. Apesar de não ter sido uma inconsistência generalizada, a AudIn recomenda também controles internos para evitar inconsistências de valores, haja vista o alto valor dos serviços.

**Tabela 2: Inconsistências de preço unitário constatadas pela AudIn**

CÓDIGO	VALOR APLICADO	CRITÉRIO (VALOR CONSTANTE DA TABELA NA CONSULTA)	Diferença	Unidade ou M <sup>a</sup>	Diferença total	Valor pago a maior (com BDI e desconto) (R\$)
17/ORSE	5,25	6,36	-1,11	751,7	- 834,39	- 760,77
86912	1.309,81	39,34	1.270,47	8	10.163,76	9.267,04
9755/ORSE	3.537,80	1.634,50	1.903,30	7	13.323,10	12.147,65
					<b>TOTAL</b>	20.653,92

Para todas as amostras a AudIn verificou que os custos indiretos (BDI) e o desconto apresentado pela Megatec na licitação foram aplicados de forma consistente. Em relação à amostra de maio (medição 23 - Pintura interna, externa e impermeabilização de laje), a PU comunicou na resposta à SA13 que a referência de valores foram principalmente os meses abril e maio de 2020. No entanto, a PU informou na mesma SA que o serviço foi solicitado no final de 2019 e que devido a uma situação circunstancial, os trabalhos foram descontinuados e retomados em meados de 2020. Enquanto seja razoável que os valores aplicados sejam aqueles da época do reinício da obra, é necessário que seja formalizada a exceção, por não terem sido utilizados valores da época da solicitação, conforme prevê o edital. Embora as diferenças de valores entre meses possam ser pequenas, é necessário adotar controles que garantam a conformidade na execução do contrato.



**2.13.1. RECOMENDAÇÃO:** Validação de todos os valores da Medição 22 e acerto do valor final junto à Megatec, mediante consulta à Procuradoria Federal sobre o procedimento.

**2.13.2. RECOMENDAÇÃO:** Melhoria nos controles internos referentes a valores cobrados pelos serviços da Megatec.

**2.13.3. RECOMENDAÇÃO:** Implementação de controle interno para registro de uso de tabela de referência de mês que não seja aquele da solicitação de serviço em casos excepcionais, obtendo a concordância da empresa terceira e anuência da Procuradoria Federal sobre o procedimento.

**2.14. CONSTATAÇÃO:** Fragilidade nos controles internos de verificação documental para pagamento pela prestação de serviços.

**Causa:** fragilidade processual das verificações, necessárias para o pagamento.

**Análise da Auditoria:** Um dos riscos identificados pela AudIn foi o pagamento de NF's de serviços sem a comprovação documental exigida pelas IN nº 02/2008 e IN nº 05/2017 e suas alterações. Foi realizado um teste para validar a devida comprovação documental da empresa WORKS, a qual é regida pela IN nº 02/2008 e suas alterações, para os meses de agosto a novembro de 2019. A documentação verificada no teste foi:

- Comprovante de pagamento de remuneração de funcionários
- Regularidade fiscal no SICAF
- Comprovante de recolhimento de contribuição previdenciária (INSS)
- Recolhimento de FGTS
- Cumprimento de prazo do pagamento de remuneração dos funcionários
- Comprovante de pagamento de vale alimentação
- Validação do valor liquidado, conforme valor pactuado em contrato e repactuações

Pelo teste, verificou-se que a documentação estava completa e conforme (representando um trabalho diligente da PU-SC e CFIn), exceto pelo comprovante da regularidade fiscal no SICAF em out/2019, a qual continha pendências fiscais em nível municipal e estadual. Quando questionada sobre os passos que foram tomados pela UFSCar (que deveriam ser a emissão de advertência e prazo para a regularização da situação fiscal, conforme par. 4º do art. 3º da IN n. 10/2010 MPOG), a CFIn informou que somente é verificada a regularidade fiscal no âmbito federal. No entanto, segundo o inciso III do art. 29 da Lei nº 8.666 de 21/06/1993, constitui a regularidade fiscal a prova de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal. Portanto, recomenda-se que a CFIn e a PU-SC, aprimorem a documentação das instruções de trabalho buscando dar detalhes suficientes ao servidor de quais pontos devem ser verificados na documentação.

**2.14.1. RECOMENDAÇÃO:** incluir nas instruções de trabalho detalhes suficientes das verificações de regularidade fiscal, conforme a IN nº 10/2010 e suas alterações e a Lei nº 8.666/1993.

**2.15. CONSTATAÇÃO:** Necessidade de validação de metragem e frequência da limpeza, conforme a real necessidade.

**Causa:** fragilidade nos controles internos referentes à contratação de serviços onde deve ser previamente verificada a quantidade necessária do serviço para a estrutura da UFSCar.

**Análise da Auditoria Interna:** Um dos riscos identificados pela AudIn foi a possibilidade da metragem de limpeza contratada ser inconsistente com a metragem real que requer limpeza. Outro risco foi a possibilidade de a frequência da limpeza ser inconsistente com a frequência ideal para manter um ambiente salubre e adequado para o trabalho. Caso a frequência e metragem estiverem acima do ideal, há um gasto público acima do necessário. O gestor informou na reunião do dia 07/07/2020, que a PU reconhece a importância de validar as metragens utilizadas na contratação do serviço de limpeza e que esta validação já está prevista para acontecer antes da renovação do contrato, em breve. A frequência de limpeza atualmente é diária (conforme informado na resposta à SA02), o qual pode ser uma frequência alta para salas e prédios de menor trânsito. Mesmo em locais de maior trânsito de pessoas, uma frequência menor (ex. limpeza 1 vez a cada 2 dias) pode ser plenamente suficiente para manter um ambiente adequado para o trabalho, conforme cada caso. Sendo assim, a AudIn recomenda uma revisão da frequência suficiente e da metragem antes da renovação do contrato (se assim permitido pelas condições contratuais).

**2.15.1. RECOMENDAÇÃO:** Revisão da frequência de limpeza de cada área, de forma a garantir que a frequência contratada seja adequada, porém não acima do suficiente.

**2.15.2. RECOMENDAÇÃO:** Revisão da metragem das áreas que requerem limpeza, para que o contratado reflita a metragem efetivamente demandada.

**2.16. CONSTATAÇÃO:** Ausência de estudo de demanda e de gastos futuros com manutenção em veículos.

**Causa:** ausência de controles internos referentes à demanda de uso de veículos e previsão de gastos futuros.

**Análise da Auditoria Interna:** Conforme informado pela gestora e extraído do processo SEI nº 23112.003439/2016-06, o processo para desfazimento dos veículos é composto por diversas fases, a fim de assegurar que não sejam descartados erroneamente. Inicialmente é identificado o valor gasto com reparos do veículo, após, uma comissão solicita o orçamento de reparo de três empresas distintas. Caso os valores para reparo ultrapassem os valores de mercado do veículo, o processo é encaminhado ao CONSUNI

para que haja a votação acerca da concordância do desfazimento dos bens. Somente após a aprovação do conselho, os veículos são encaminhados ao leilão e/ou doação. No entanto, conforme observa-se, o processo é iniciado somente quando os gastos para reparo dos automóveis demonstram-se excessivos. Além disso, a gestora informou que todas as manutenções dos veículos (exceto as essenciais como troca de pneus, troca de óleo e paletas do limpador de para-brisa) são realizadas de forma corretiva, e não preventiva, dificultando a previsão de gastos com os veículos. Pensando na eficiência e economicidade, a realização periódica de estudo acerca da demanda dos veículos, juntamente com levantamento dos gastos dos mesmos, auxiliaria no processo, evitando que automóveis sem demanda ou com gastos demasiados integram a frota da Universidade.

Além da economicidade, o estudo mencionado acima auxiliaria na segurança dos condutores, vez que, somente os veículos identificados como seguros poderiam ser utilizados pelos servidores.

**2.16.1. RECOMENDAÇÃO:** Realização de estudo conduzido pela comissão competente ao menos uma vez por ano, acerca da demanda de uso de cada veículo, levantamento de valores gastos e previsão de despesas a fim de avaliar a viabilidade de manutenção do veículo na frota.

**2.16.2. RECOMENDAÇÃO:** Indicação no estudo acerca dos veículos com condições seguras aos condutores e os que oferecem quaisquer riscos de natureza mecânica, nos limites dos conhecimentos técnicos da comissão.

**2.17. CONSTATAÇÃO:** Ausência de fornecimento de laudos dos veículos pela prestadora de serviços MG Aranda.

**Causa:** Inobservância de cláusula estipulada no contrato administrativo 004/2019.

**Análise da Auditoria Interna:** O contrato administrativo 004/2019 possui uma cláusula determinando que a empresa prestadora de serviços forneça laudo atestando as boas condições de seus veículos ao menos a cada seis meses. No entanto, conforme informado pela gestora, tais laudos nunca foram apresentados, por ausência de solicitação por parte da Universidade. Cumpre salientar que a ciência acerca da manutenção dos veículos é essencial para a integridade dos servidores que utilizam dos serviços prestados. Desta forma, é crucial que a Universidade cumpra a cláusula determinada no contrato e solicite os laudos.

**2.17.1. RECOMENDAÇÃO:** Que a Universidade passe a cumprir a cláusula 8, item k, solicitando semestralmente os laudos técnicos acerca das condições dos veículos da prestadora de serviços.

### 3. CONCLUSÃO

A Prefeitura Universitária é responsável por processos imprescindíveis para o funcionamento da infraestrutura do campus e esta responsabilidade vem sendo cumprida regularmente. A AudIn reconhece os servidores da PU-SC pela sua dedicação em atender à comunidade universitária e seu desempenho. Enquanto os serviços são executados pela PU-SC de forma adequada, há oportunidades para melhorias nos controles internos, especialmente em processos que têm impacto na eficiência de gastos públicos, segurança do trabalho, segurança geral do campus e indicadores de desempenho. A segurança – tanto a oficialização de procedimentos, quanto a fiscalização – requer maior atenção, especialmente em face do campus de São Carlos receber tantas pessoas nas suas dependências. A PU tem uma fragilidade generalizada na documentação de suas competências (regimento) e processos, cuja melhoria agregaria valor o ambiente de trabalho e evitaria inconsistências de processo. Pela importância de seus processos, a PU tem a possibilidade de evitar gastos desnecessários com a melhoria de controles na contratação de serviços (questões de definição de quantidade e frequência da execução) e de processo de liquidação de valores para pagamento. Foi verificado ainda que a ProAd tem um papel importante no fortalecimento de controles internos, especialmente quanto ao vencimento de despesas, para evitar ineficiências nos gastos públicos.

  
Leticia B. de Mello Grego  
SIAPE 3064613

  
Jaqueline Contarin  
SIAPE 3061750

# ANEXOS

## Anexo 1 – Matriz de Riscos

Identificação e Análise do Risco						Avaliação do Risco Inerente				Avaliação do Risco Residual								
Processo	Objetivo	Evento de Risco	Observações sobre o risco	Achados preliminares	Categoria de Risco (COSO-ERM)	Fator de Risco	Causa do Risco	Consequência	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Crítérios para Probabilidade e Impacto	Nível de Risco Inerente (A)	Controles Implementados	Maturidade do Controle (B)	Crítérios para a Maturidade do Controle	Risco Residual	Classificação do Risco Residual (A/B)	
						Vulnerabilidade												
Manutenção elétrica	Operação e Manutenção dos sistemas de energia elétrica. Racionalização do consumo de energia elétrica.	Risco de não realização da manutenção preventiva da parte elétrica.	A falta de manutenção preventiva de instalações elétricas pode acarretar em acidentes, falhas ou danos evitáveis, resultando em perdas humanas, patrimoniais e impactos negativos nas operações e desempenho da Universidade.		Estratégico Operacional Financeiro	Pessoa Processo	1) Processo inadequado de controle das atividades de manutenção necessárias. 2) Não realização de manutenção pelos responsáveis, apesar de controle adequado.	Perdas humanas, patrimoniais, financeiras. Suspensão do funcionamento parcial ou total da Universidade.	4	5	A probabilidade inerente do risco de não realização da manutenção preventiva de algum equipamento foi considerada provável, visto que as atividades são feitas por serviço terceirizado que tem outras atribuições além da manutenção preventiva. Conforme informado na resposta à SA03, falhas dos geradores levariam à parada das atividades da universidade, inclusive das atividades SA0.	20	Apesar de terem listado os equipamentos que requerem manutenção, foi informado que não é feita a preventiva nas bombas de água ou nos transformadores. O risco é mitigado com bombas e transformadores reserva. A preventiva dos elevadores e geradores é terceirizada.	2	Apesar de se ter ciência do risco e haver mitigação através de equipamentos reserva e da efetiva realização da manutenção, não há documentação desse processo.	10	Risco alto	
		Risco de não realização de manutenção preventiva elétrica em tipos específicos de equipamentos, por não constarem na rotina de preventivas.	Não obstante a realização adequada da manutenção preventiva nos equipamentos informados, há o risco de um equipamento não receber a preventiva por não ter sido incluído na rotina equivocadamente (ex. calças de força que deveriam receber manutenção preventiva, mas não foram consideradas como um equipamento que requira preventiva).		Estratégico Operacional Financeiro	Pessoa Processo	Ausência de estudos preliminares e planejamento estratégico da manutenção preventiva.	Perdas humanas, patrimoniais, financeiras. Suspensão do funcionamento parcial ou total da Universidade.	3	4	A probabilidade de um equipamento que deveria receber manutenção preventiva não constar no plano foi considerada possível, visto que há diversos equipamentos elétricos no campus e a mão-de-obra é limitada, portanto sem um estudo prévio não se tem garantia da qualidade da seleção de equipamentos para preventivas. Com base na importância dos equipamentos elétricos para o funcionamento da Universidade (inclusive SIn), o impacto pode ser considerado grande.	12	Na resposta à SA04, foi informado que um antigo servidor montou a rotina de manutenção preventiva a partir de manuais de equipamentos. No entanto, não foi apresentada evidência de que todos os equipamentos que requerem preventivas tenham sido considerados no estudo.	2	Apesar de ter sido feito um levantamento no passado, não foi apresentada evidência de que todos os equipamentos tenham sido avaliados, de forma holística.	6	Risco moderado	
		Risco de acidente ou dano por omissão de equipamento das rotinas de manutenção preventiva por falhas na atualização das plantas.	Visto que o controle de quantidade e localização dos equipamentos elétricos é feito através das plantas físicas do campus, inconsistências nas plantas podem levar à não realização de manutenção preventiva de equipamentos que não constem nas plantas (ex. há 5 geradores no campus, mas somente 4 constam das plantas).	Apesar do gestor ter informado na resposta à SA02 que o controle dos equipamentos é feito a partir das plantas do campus, foi informado na resposta à SA04 que não há designação desses equipamentos nas plantas. Além disso, a única preventiva feita é por terceiros contratados especificamente para este serviço (ex. elevadores), portanto o controle é feito pelo fiscal técnico.	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
		Risco de realização intempestiva de manutenção corretiva da parte elétrica.	Há o risco de haver necessidade de manutenção elétrica e ela não ser atendida no prazo estabelecido.		Operacional Estratégico	Processo	Fragilidades no processo que impeçam que necessidades de manutenção sejam atendidas.	Suspensão parcial das atividades da Universidade. Acidente com perdas humanas e financeiras.	3	5	O risco de perda financeira e humana pelo atendimento intempestivo foi considerado possível, visto que por um lado o usuário tende a se abster de usar o equipamento com dano, mas outras pessoas podem vir a usá-lo por desconhecimento. O impacto foi considerado muito grande pelo risco às pessoas expostas ao local que requer manutenção.	15	Apesar das solicitações serem geridas em portal online, a PU comunicou em resposta à SA03 que não há metas de prazos para a solução de requisições. São feitas reuniões com o coordenador da CTEA para acompanhamento das pendências.	1	Na SA03, a PU comunicou que não adota metas pela variedade de complexidade dos serviços. Como há reuniões de acompanhamento, há ciência da importância da tempestividade, mas não há controle formal.	15	Risco crítico	
		Risco de acidente de trabalho com servidores que trabalham na parte elétrica.	Há o risco de acidente com consequências de lesões individuais aos servidores, acidentes coletivos e patrimoniais, exacerbado em caso de não cumprimento das regras de segurança pelo servidor.		Operacional Estratégico Financeiro	Processo Infraestrutura	Fragilidades no processo de institucionalização, divulgação e fiscalização dos procedimentos de segurança. Não cumprimento deliberado das regras de segurança pelos servidores. Ausência de infraestrutura/equipamento adequado para fazer cumprir as regras de segurança (ex. EPI, linha da vida, etc.)	Perdas humanas, patrimoniais, financeiras.	4	5	Devido à extensão do campus, quantidade e complexidade de equipamentos elétricos, a probabilidade inerente de acidentes é significativa e considerada Provável. Por se tratar de acidentes que podem levar a perdas humanas, dos trabalhadores e comunidade acadêmica, o impacto foi considerado muito grande.	20	Em resposta à SA02, a PU informou as Normas Regulamentadoras que devem ser seguidas. Internamente, foi informado em resposta à SA que os servidores passam por treinamento anual. Na resposta à SA03 foi informado que o único servidor da elétrica não passou por treinamento em 2019.	1	Pelas respostas, percebe-se que o gestor conhece a importância da realização de treinamento (isso foi informado como algo que a PU deveria fazer), mas na prática não é executado com regularidade e a necessidade não está documentada.	20	Risco crítico	
		Risco de acidente de trabalho com terceirizados que trabalham na parte elétrica.	Há o risco de acidente com consequências de lesões individuais aos terceirizados, acidentes coletivos e patrimoniais, exacerbado em caso de não cumprimento das regras de segurança pelo terceiro.		Operacional Estratégico Financeiro	Processo Infraestrutura	Fragilidades no processo de institucionalização, divulgação e fiscalização dos procedimentos de segurança. Não cumprimento deliberado das regras de segurança pelos terceirizados. Ausência de infraestrutura/equipamento adequado para fazer cumprir as regras de segurança (ex. EPI, linha da vida, etc.)	Perdas humanas, patrimoniais, financeiras.	4	5	Devido à extensão do campus, quantidade e complexidade de equipamentos elétricos, a probabilidade inerente de acidentes é significativa e considerada Provável. Por se tratar de acidentes que podem levar a perdas humanas, dos trabalhadores e comunidade acadêmica, o impacto foi considerado muito grande.	20	Quanto aos terceirizados, foi informado que há exigência de atualização do treinamento e há fiscalização do gestor do contrato sobre a utilização dos EPI's pelos terceirizados.	1	Pelas respostas dos fiscais técnicos à SA06, há conhecimento sobre a importância da segurança, mas a fiscalização (que constitui o controle) não é feita de forma regular. A fiscalização de segurança está implícita pela IN 05/2017 e pelo contrato com a Megtec, mas não está explícita, sendo necessária melhoria na documentação de como deve ser feito o controle.	20	Risco crítico	

Identificação e Análise do Risco													Avaliação do Risco Inerente		Avaliação do Risco Residual			
Processo	Objetivo	Evento de Risco	Observações sobre o risco	Achados preliminares	Categoria de Risco (COSO-ERM) <sup>1</sup>	Causa do Risco		Consequência	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Critérios para Probabilidade e Impacto	Nível de Risco Inerente (A)	Controles Implementados	Maturidade do Controle (B)	Critérios para a Maturidade do Controle	Risco Residual	Classificação do Risco Residual (A/B)	
						Fator de Risco	Vulnerabilidade											
Manutenção predial	Conservação das edificações através da manutenção dos edifícios, apoio a eventos e controle de infraestrutura para identificar necessidade de ampliação ou substituição.	Risco de não realização de manutenção preventiva nos locais indicados (rede de água potável).	A não realização de manutenção preventiva pode resultar em acidentes evitáveis, resultando em perdas humanas, patrimoniais e em gastos adicionais para reparos e reposição (ex. contaminação da rede de água potável).	Aparar de terem respondido na resposta à SA02/03 que os sistemas de água potável deveriam receber manutenção preventiva, foi informado na SA04 que esta não é realizada por razões de custo e que são mantidas bombas reserva para substituição quando necessário. Este risco, portanto, não se aplica mais com esta nova informação, visto que é certo que não é feita a manutenção preventiva.	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
		Risco de não realização de manutenção preventiva em locais que deveriam recebê-la, por não fazerem parte das rotinas de preventiva (ex. equipamentos de alto custo que requerem preventiva mas não constam como itens que a rotina, equivocadamente).	Não obstante a realização adequada da manutenção preventiva nos equipamentos e áreas informadas, há o risco de um equipamento não receber a preventiva mas não ter sido incluído na rotina, equivocadamente.	Aparar de terem respondido na resposta à SA02/03 que os sistemas de água potável deveriam receber manutenção preventiva, foi informado na SA04 que esta não é realizada por razões de custo e que são mantidas bombas reserva para substituição quando necessário. Como não é realizada nenhuma manutenção preventiva na parte predial, este risco não é aplicável.	Estratégico Operacional Financeiro	Pessoa Processo	Ausência de estudos preliminares e planejamento estratégico da manutenção preventiva.	Perdas humanas, patrimoniais, financeiras. Suspensão do funcionamento parcial ou total da Universidade.	3	5	A probabilidade de um equipamento que deveria receber manutenção preventiva não constar no plano foi considerada possível, visto que o campus conta com diversos edifícios e instalações e a não-de-cobra é limitada, portanto sem um estudo prévio não se tem garantia da qualidade de seleção de equipamentos para preventiva. O impacto foi considerado muito grande pelo valor do patrimônio em risco (predios) e pelo risco de perda humana.	15	Na resposta à SA03, foi informado que prédios contam com administradores prediais que realizam inspeções, mas que estes são acionados pelos demandantes, não configurando manutenção preventiva. Na resposta à SA04, foi informado que houve tratamento de administradores prediais contratados no passado e que o eng. João Henrique Pace realizou um levantamento dos equipamentos que deveriam receber preventiva a partir de manuais.	2	Aparar de ter sido feito um levantamento no passado, não foi apresentada evidência de que todos os equipamentos tenham sido avaliados, de forma holística.	7,5	Risco Alto	
		Risco de omissão de equipamento das rotinas de manutenção preventiva por falhas na atualização das plantas.	Fragilidades no processo de atualização das instalações de água potável nas plantas pode resultar na omissão de realização de manutenção preventiva (ex. prédio com novas linhas de água potável que não foi registrado na planta)	Aparar de terem respondido na resposta à SA02/03 que os sistemas de água potável deveriam receber manutenção preventiva, foi informado na SA04 que esta não é realizada por razões de custo e que são mantidas bombas reserva para substituição quando necessário.	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
		Risco de realização intempestiva de manutenção corretiva.	Há o risco de haver necessidade de manutenção predial e ela não ser atendida tempestivamente, expondo a Universidade a risco de acidentes ou perdas financeiras, conforme o caso.	Aparar de terem respondido na resposta à SA02/03 que os sistemas de água potável deveriam receber manutenção preventiva, foi informado na SA04 que esta não é realizada por razões de custo e que são mantidas bombas reserva para substituição quando necessário.	Operacional Estratégico	Processo	Fragilidades no processo que impeçam que necessidades de manutenção sejam atendidas.	Perdas financeiras e humanas. Suspensão parcial das atividades da Universidade.	3	4	O risco de perda financeira e humana pelo atendimento intempestivo foi considerado possível, visto que por um lado o usuário tende a se abster de usar o equipamento com dano, mas outras pessoas podem vir a usá-lo por desconhecimento. O impacto foi considerado grande pelo risco à pessoas expostas ao local que requer manutenção.	12	Aparar das solicitações serem geradas em portal online, a PU comunicou em resposta à SA03 que não há metas de prazo para a solução de requisições. São feitas reuniões com o coordenador da CMan para a acompanhamento das pendências. Na resposta à SA04, foi informado que não há procedimento formal para a priorização de casos urgentes, tampouco há registros das situações onde ele é aplicado. inclusive, foi informado que há casos onde a solicitação formal no sistema é feita somente após a equipe já ter sido contatada por telefone e o serviço realizado.	1	Na SA03, a PU comunicou que não havia metas pelo variedade de complexidade dos serviços. Como há reuniões de acompanhamento, há ciência da importância da tempestividade, mas não há controle formal.	12	Risco Alto	
		Risco de acidente individual de trabalho, com danos patrimoniais e risco de acidente coletivo decorrente de execução de serviços de manutenção.	Há o risco de acidente com consequências de lesões individuais aos servidores/ terceiros, coletivas e patrimoniais, exacerbado em caso de não cumprimento das regras de segurança.	Aparar de terem respondido na resposta à SA02/03 que os sistemas de água potável deveriam receber manutenção preventiva, foi informado na SA04 que esta não é realizada por razões de custo e que são mantidas bombas reserva para substituição quando necessário.	Operacional Estratégico Financeiro	Processo Infraestrutura	Fragilidades no processo da institucionalização, divulgação e fiscalização dos procedimentos de segurança. Não cumprimento do plano de segurança pelos servidores e terceirizados. Ausência de infraestrutura/equipamento adequados para fazer cumprir as regras de segurança (ex. EPI, linha de vida, etc.).	Perdas humanas, patrimoniais, financeiras.	4	5	A probabilidade inerente foi considerada provável, pela quantidade de servidores e terceirizados envolvidos, assim como a diversidade e complexidade das situações possíveis de manutenção, que não podem ser todas previstas aqui, prezando-se pela prevenção. O impacto é considerado muito grande pelo risco de perda humana, somando-se a ele o risco de perda patrimonial.	20	A PU informou as Normas Regulamentadoras que devem ser seguidas. Internamente, foi informado em resposta à SA que os servidores passam por atualização de treinamento. Foi informado que não há cronograma fixado para treinamentos. Foi informado na resposta à SA03 e 04 que somente alguns receberam atualização, de treinamento em altura, NBR 35, em 2019.	1	Não há controle estabelecido, visto que não há cronograma. Há reconhecimento de alguma importância de atualização, pois houve atualização em 2019, mesmo que parcial.	20	Risco Crítico	
		Risco de acidente de trabalho com terceirizados que realizam manutenção.	Há o risco de acidente com consequências de lesões individuais aos terceirizados, acidentes coletivos e patrimoniais, exacerbado em caso de não cumprimento das regras de segurança pelo terceiro.	Aparar de terem respondido na resposta à SA02/03 que os sistemas de água potável deveriam receber manutenção preventiva, foi informado na SA04 que esta não é realizada por razões de custo e que são mantidas bombas reserva para substituição quando necessário.	Operacional Estratégico Financeiro	Processo Infraestrutura	Fragilidades no processo da institucionalização, divulgação e fiscalização dos procedimentos de segurança. Não cumprimento das regras de segurança pelos terceirizados. Ausência de infraestrutura/equipamento adequados para fazer cumprir as regras de segurança (ex. EPI, linha de vida, etc.).	Perdas humanas, patrimoniais, financeiras.	4	5	Devido à extensão do campus, quantidade e complexidade de edifícios e sistemas prediais, a probabilidade inerente de acidentes é significativa e considerada provável. Por se tratar de acidentes que podem levar a perdas humanas, dos trabalhadores e comunidade acadêmica, o impacto foi considerado muito grande.	20	Quanto aos terceirizados, foi informado que há exigência de atualização do treinamento e há fiscalização de gestão do contrato sobre a utilização dos EPI's pelos terceirizados. Na resposta à SA06, foi informado que os terceiros recebem EPI e que devem assinar termo de recebimento, conforme exemplo fornecido. Na mesma resposta foi informado não haver controle para evitar uso de equipamentos pesados e automotores sob a influência de entorpecentes.	1	Aparar da exigência de atualização de treinamento e do uso de EPI, assim como a fiscalização do atendimento às normas, não são mantidos registros da fiscalização, portanto, não há evidência de que este controle é realizado.	20	Risco Crítico	

Identificação e Análise do Risco					Avaliação do Risco Inerente				Avaliação do Risco Residual								
Processo	Objetivo	Evento de Risco	Observações sobre o risco	Achados preliminares	Categoria de Risco (COSO-ERM) <sup>1</sup>	Causa do Risco		Consequência	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Critérios para Probabilidade e Impacto	Nível de Risco Inerente (A)	Controles Implementados	Maturidade do Controle (B)	Critérios para a Maturidade do Controle	Risco Residual	Classificação do Risco Residual (A/B)
						Fator de Risco	Vulnerabilidade										
Vigilância	Risco de inefetividade na gestão da vigilância do campus.	Se faz necessário ter controles para mitigar riscos de vandalismo, acidentes e atos de violência, e acompanhamento de indicadores de segurança no campus, de forma a avaliar a efetividade da tratativa dos incidentes e política de segurança da Universidade.		Estratégia Operações Financeira Compliance	Processo Pessoa Evento Externo	A vulnerabilidade pode ser ausência de processo (ex. monitoramento de indicadores), falta de diligência em monitorar os indicadores de gestão e tomar medidas apropriadas após incidentes e gravidade de eventos, como ações de terceiros que causam dano às pessoas e patrimônio no campus.	Perdas humanas, financeiras e patrimoniais devido a incidentes e depreciações.	3	5	A vulnerabilidade foi considerada possível visto que uma alta quantidade de pessoas frequentam o campus. O impacto foi considerado muito grande devido à perda humana e patrimonial envolvida.	15	Conforme resposta à SADA, não é feito acompanhamento da quantidade ou locais onde ocorrem os danos, de forma a criar indicadores. Danos ao patrimônio são tratados pelos gestores responsáveis pelas áreas que ocupam os prédios. Em casos de danos que não são necessariamente atribuídos a servidores (ex. portação de prédios), não foi mencionado controle para encontrar os responsáveis e penalizá-los. Na resposta à SADA, foi informado que não há controles para evitar eventos de risco. Não são mantidos indicadores.	0	Apesar de haver um processo de Boletim Interno de Ocorrência, não há indicadores que a PU faz uma gestão de segurança através de indicadores.	15	Risco Crítico	
	Preservação do patrimônio e da integridade física da comunidade acadêmica.	O trabalho dos servidores vigilantes apresenta riscos aos próprios vigilantes, assim como às pessoas e patrimônio no campus. É importante o atendimento das normas técnicas e de segurança do trabalho para garantir a integridade dos trabalhadores, servidores e estudantes.		Estratégia Operações Financeira Compliance	Processo Pessoa Evento Externo	A vulnerabilidade pode ser ausência de procedimento de trabalho e conduta, falta de diligência em seguir instruções de trabalho e ações de terceiros lesivas aos vigilantes, pessoas e patrimônio.	Perdas humanas, financeiras e patrimoniais devido a incidentes e depreciações.	3	5	A probabilidade é considerada possível haja vista que o campus é de livre acesso à população, abrindo possibilidade de incidentes. O impacto é muito grande, visto que pode haver perdas de vida.	15	Foi informado na resposta à SADA que não há normas técnicas e de segurança referentes à atividade dos vigilantes servidores.	1	A PU mostrou ciência da importância do tema e buscou identificar as áreas competentes para ajudar na elaboração de procedimentos. No entanto, não há controles implementados atualmente.	15	Risco Crítico	
	Risco de acidentes individuais, coletivos e patrimoniais com terceirizados dos serviços de portaria e vigilância.	O trabalho dos terceirizados das áreas de vigilância e portaria é sensível por se tratar de segurança de todos que frequentam o campus. É importante o atendimento das normas técnicas e de segurança do trabalho para garantir a integridade dos trabalhadores, servidores e estudantes.		Estratégia Operações Financeira Compliance	Processo Pessoa Evento Externo	A vulnerabilidade pode ser ausência de procedimento de trabalho e conduta, falta de diligência em seguir instruções de trabalho e ações de terceiros lesivas aos vigilantes, pessoas e patrimônio.	Perdas humanas, financeiras e patrimoniais devido a incidentes e depreciações.	3	5	A probabilidade é considerada possível haja vista que o campus é de livre acesso à população, abrindo possibilidade de incidentes. O impacto é muito grande, visto que pode haver perdas de vida.	15	Foi informado na SADA que não há normas técnicas e de segurança no termo de referência ou contrato com a empresa terceirizada. Sabe-se no entanto, que a empresa busca seguir orientações da Polícia Federal. Foi informado ainda que não há fiscalização dos terceirizados quanto à segurança. Não há controles para mitigar risco de funcionários sob a influência de entorpecentes e álcool durante o exercício.	1	A PU mostrou ciência da importância do tema e buscou identificar as áreas competentes para ajudar na elaboração de procedimentos. No entanto, não há controles implementados atualmente.	15	Risco Crítico	

Identificação e Análise do Risco					Avaliação do Risco Inerente				Avaliação do Risco Residual								
Processo	Objetivo	Evento de Risco	Observações sobre o risco	Achados preliminares	Categoria de Risco (COSO-ERM) <sup>1</sup>	Causa do Risco		Consequência	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Critérios para Probabilidade e Impacto	Nível de Risco Inerente	Controles Implementados	Maturidade do Controle (B)	Critérios para a Maturidade do Controle	Risco Residual	Classificação do Risco Residual
						Fator de Risco	Vulnerabilidade										
Serviços Terceirizados MEGATEC	Aderência aos normativos de contratação de serviços. Satisfação dos usuários com o serviço.	Risco de quantidade dos serviços contratados serem inconsistentes com as quantidades efetivamente demandadas.	Risco dos serviços prestados irem além da necessidade da Universidade, resultando em gastos desnecessários.	Trata-se de um contrato por demanda, portanto todo serviço solicitado é efetivamente demandado.	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Minimização dos riscos relacionados à parte gerencial. Eficiência no uso dos recursos.	Risco de aprovação de pagamento inconsistente com os prazos pactuados.	Se trata do risco de cobrança de valores diferentes das regras estabelecidas no contrato.		Financeiro / Operações	Pessoa	Fragilidades na atribuição de valores.	Pagamento de valores a maior ou a menor do que o devido.	3	4	A probabilidade foi considerada possível, visto que a verificação da quantidade e qualidade é um trabalho contínuo e extenso. O impacto foi considerado grande, visto que apesar do valor do contrato ser alto, a inconsistência pode ser pontual e marginal em relação ao valor do contrato.	12	Há um gestor de contrato nomeado que deve seguir as instruções da IN 05/2017. Cada medição está em um processo SEI separado que mitiga riscos por desorganização. No entanto, conforme informado no início da auditoria, há uma carência de procedimentos padrão na PU-SC.	2	Apesar do processo ocorrer de forma regular, não há procedimento padrão especificando as normas que devem ser seguidas e detalhes do processo.	6	Risco moderado
	Risco de aprovação para pagamento sem as validações de responsabilidade do Fiscal Administrativo conforme responsabilidades na IN nº 05/2017.	O Anexo de responsabilidades da fiscalização administrativa contém as verificações que devem ser feitas para garantir a adimplência da contratada com obrigações sociais e trabalhistas que, se descumpridas apresentam um risco à Administração.		Pelo contrato da Megatec, foi verificado que se trata de contrato sem declaração exclusiva de não-obra. Portanto, não se aplica a figura do fiscal administrativo, pelo item III, do art. 4 da IN nº 05/2017.	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação e Análise do Risco							Avaliação do Risco Inerente				Avaliação do Risco Residual						
Processo	Objetivo	Evento de Risco	Observações sobre o risco	Achados preliminares	Categoria de Risco (COSO-ERM) <sup>1</sup>	Causa do Risco		Consequência	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Critérios para Probabilidade e Impacto	Nível de Risco Inerente (A)	Controles Implementados	Maturidade do Controle (B)	Critérios para a Maturidade do Controle	Risco Residual	Classificação do Risco Residual (A/B)
						Fator de Risco	Vulnerabilidade										
Serviços Terceirizados - WOTEC (limpeza)	Adesão aos normativos de contratação de serviços. Satisfação dos usuários com o serviço. Minimização dos riscos relacionados à parte gerencial. Eficiência no uso dos recursos.	Risco de cobrança inadequada dos serviços de limpeza, devido à inconsistência entre a metragem real e a constante no contrato.	Risco do contrato ter sido celebrado levando em conta medição errada da universidade, o que acarretaria cobrança indevida.	-	Operacional / Financeiro	Processo / Pessoa	Medição ausente ou divergente da realidade, resultando em quantidade pactuada divergente da executada.	Quantidade do serviço cobrado divergente do pactuado.	3	4	A probabilidade foi considerada possível visto que se trata de uma metragem externa, cuja medição, se realizada, estaria sujeita a inconsistências. O impacto foi considerado grande devido ao valor do contrato. Uma divergência de 2% nos pressupostos de valor do contrato resultaria em aprox. R\$ 80 mil ao ano.	12	A PU informou em reunião do dia 07/03/2020 que há uma inscricao para validar as medições dos prédios antes da renovação do contrato. Portanto, é reconhecida a necessidade de validação das medidas atuais. A SaGEF será consultada sobre a sua participação no processo.	1	Apesar de se reconhecer a importância de ter medições adequadas, não há controles suficientes que sustentem que as medições estavam adequadas no momento da contratação.	12	Risco alto.
		Risco da frequência e extensão da prestação de serviço licitados estejam acima ou abaixo da quantidade realmente necessária para atender os usuários (ex. frequência de limpeza acima do necessário e consequente justificativa de custos).	Risco da frequência e extensão da prestação de serviço licitados estejam acima ou abaixo da quantidade realmente necessária para atender os usuários (ex. frequência de limpeza acima do necessário e consequente justificativa de custos).	-	Financeiro / Operações	Processo / Pessoa	Não verificação ou validação com usuários se a frequência da limpeza está adequada.	Quantidade do serviço pactuado divergente da quantidade de desejada.	3	4	A probabilidade foi considerada possível devido à complexidade das opiniões e necessidades de limpeza dos diferentes ambientes e usuários. O impacto foi considerado grande devido ao valor do contrato.	12	Na resposta à SA02 foi informado que a frequência de limpeza é diária. Não foi informado na resposta à SA04 se houve validação da frequência atual.	1	Não há evidências de que houve uma validação ou verificação, portanto não se pode considerar que há um controle implementado.	12	Risco alto.
		Risco de aprovação para pagamento sem a devida comprovação de documentação exigida pela IN nº 02/2008.	A IN traz a documentação de idoneidade fiscal e regularidade trabalhista que deve ser apresentada antes do pagamento pelos serviços, entre outras.	-	Financeiro / Operações	Processo / Pessoa	Não verificação de documentação por falta de processo ou não execução pelo responsável.	Não atendimento de obrigações trabalhistas que podem recair sobre a universidade.	3	4	A probabilidade foi considerada possível, visto que a documentação é extensa e tem que ser checada todo mês. O impacto foi considerado grande pois passivos trabalhistas podem ser de grande vulto, caso não detectados a tempo.	12	Há uma área dedicada à verificação de documentação na PU-SC. No entanto, sabe-se que os procedimentos não estão institucionalizados.	2	O processo é realizado regularmente, no entanto, não está documentado no âmbito da PU.	6	Risco moderado.

Identificação e Análise do Risco							Avaliação do Risco Inerente				Avaliação do Risco Residual						
Processo	Objetivo	Evento de Risco	Observações sobre o risco	Achados preliminares	Categoria de Risco (COSO-ERM) <sup>1</sup>	Causa do Risco		Consequência	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Critérios para Probabilidade e Impacto	Nível de Risco Inerente (A)	Controles Implementados	Maturidade do Controle (B)	Critérios para a Maturidade do Controle	Risco Residual	Classificação do Risco Residual (A/B)
						Fator de Risco	Vulnerabilidade										
Serviços Terceirizados - G (Vigilância)	O objetivo geral de Vigilância e PU é a preservação do patrimônio e a integridade física de comunidade acadêmica.	Risco de serviço de pagamento incorretamente com a quantidade licitada e preço pactuado, conforme responsabilidades na IN nº 02/2008.	Risco de Gestão do contrato licitado, serviu incorretamente com a quantidade licitada ou preço divergente do pactuado, levando a gastos inconsistentes comparados ao tempo medido.	-	Financeiro / Operações	Processo / Pessoa	Ausência de cumprimento das responsabilidades já previstas pelo Plano de Controle, que deve atender a IN.	Pagamento do contrato sem o cumprimento estrito do contrato.	3	4	A probabilidade foi considerada possível, visto que a verificação de documentação é um trabalho contínuo e extenso. O impacto foi considerado grande, em face do alto valor do contrato.	12	Em reunião com o gestor do contrato, foi informado que há validação da IN antes de liberação para pagamento.	2	Há um controle implementado, porém o manual de trabalho não está documentado.	6	Risco moderado.
		Risco de serviço para pagamento sem a validação de responsabilidade do Fiscal Administrativo conforme responsabilidades na IN nº 02/2008.	Risco de responsabilidade da fiscalização administrativa com a verificação que deve ser feita para garantir a administração com obrigações sociais e tributárias que, se não cumpridas, acarretam em multa e administração.	-	Financeiro / Operações	Processo / Pessoa	Ausência de cumprimento das responsabilidades já previstas pelo Plano de Controle, que deve atender a relação de Fiscal Administrativo.	Reprogramações da Universidade por inconsistências trabalhadas de empresa licitadora.	3	4	A probabilidade foi considerada possível visto que dentro do contrato devem ser levantados, de forma contínua ao longo do ano, para pagamento de impostos. O impacto foi considerado grande em face do alto valor que está em regime de Universidade para contratação.	12	Em reunião com o gestor do contrato, foi informado que a documentação é levantada e disponibilizada ao gestor do contrato.	2	Há um controle implementado, porém o manual de trabalho não está documentado.	6	Risco moderado.

Identificação e Análise do Risco							Avaliação do Risco Inerente				Avaliação do Risco Residual						
Processo	Objetivo	Evento de Risco	Observações sobre o risco	Achados preliminares	Categoria de Risco (COSO-ERM) <sup>1</sup>	Causa do Risco		Consequência	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Critérios para Probabilidade e Impacto	Nível de Risco Inerente (A)	Controles Implementados	Maturidade do Controle (B)	Critérios para a Maturidade do Controle	Risco Residual	Classificação do Risco Residual (A/B)
						Fator de Risco	Vulnerabilidade										
Urbanização	Manutenção das áreas verdes	Risco de acidente de trabalho com servidores e terceiros.	Não o risco de acidente com consequências de lesões individuais aos servidores e/ou terceiros, cotistas e patrimoniais, excetuando-se em caso de não cumprimento das regras de segurança.	-	Operacional Estratégico Financeiro	Processo Pessoa	Fragilidades no processo de institucionalização, divulgação e fiscalização dos procedimentos de segurança não cumprimento deliberado das regras de segurança pelos servidores e terceiros.	Perdas humanas, patrimoniais, financeiras.	3	5	Devido à complexidade da poda e remoção de árvores, foi considerada possível. O impacto foi considerado muito grande visto que os trabalhadores utilizam ferramentas cortantes podendo resultar em ferimentos e lesões graves, assim como a gravidade de acidentes pelo tamanho das árvores na Universidade.	15	Na resposta à SA02, a PU informou as Normas Regulamentadoras que devem ser seguidas. No entanto, quanto à fiscalização, foi somente mencionado que ela é feita para uso de EPI's, de forma constante (mas sem periodicidade pré estabelecida) e que não são feitas registros.	1	A adoção de NR's e fiscalização atuam como controles. Porém, não há evidências de sua implementação visto que não há regimento ou relatório com previsão do uso das normas e não há registros das fiscalizações não há como validar a implementação deste controle.	15	Risco Crítico.
		Risco de acidente devido à falta de manutenção de podas das árvores.	Risco de lesões às pessoas que frequentam a Universidade ou ao patrimônio, devido à presença ou realização tardia de podas de árvores classificadas como risco de queda.	-	Operacional Estratégico Financeiro	Processo Pessoa	Fragilidades no processo de institucionalização de metas no cumprimento das atividades. Falta de diligência dos executores em atender os chamados temporariamente.	Perdas humanas, patrimoniais, financeiras.	3	5	A probabilidade de acidentes, decorrente da demora no atendimento de um serviço licitado foi considerada possível. O impacto foi considerado muito grande visto que árvores ou áreas que requerem poda podem resultar em acidentes graves.	15	Em resposta à SA02, foi informado que não há metas para o cumprimento dos serviços solicitados, devido à diversidade e complexidade dos serviços. Em resposta à SA04, foi informado que a vigilância para poda e corte é definida pela SOAC, através de laudo. No entanto, no evidência fornecida, não há indicativo de vigilância ou priorização a ser seguida.	1	Apesar de se ter conhecimento da importância de realizar os serviços de forma temporária, não há controles implementados para garantir que o nível de temperatura seja seguido.	15	Risco Crítico.



Identificação e Análise do Risco									Avaliação do Risco Inerente				Avaliação do Risco Residual				
Processo	Objetivo	Evento de Risco	Observações sobre o risco	Achados preliminares	Categoria de Risco (COSO-ERM) <sup>1</sup>	Causa do Risco		Consequência	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Critérios para Probabilidade e Impacto	Nível de Risco Inerente (A)	Controles Implementados	Maturidade do Controle (B)	Critérios para maturidade do controle	Risco Residual	Classificação do Risco Residual (A/B)
						Fator de Risco	Vulnerabilidade										
Marcenaria e Serenheria	Eficiência e segurança (implícito)	Risco de acidente de trabalho com servidores.	Há o risco de acidente com consequências de lesões individuais aos servidores e perdas patrimoniais, exacerbado em caso de não cumprimento das regras de segurança.	-	Operacional Estratégico Financeiro	Processo Pessoa Infraestrutura	Fragilidades no processo de institucionalização, divulgação e fiscalização dos procedimentos de segurança. Não cumprimento deliberado das regras de segurança pelos servidores e funcionários. Ausência de infraestrutura/equipamento adequado para fazer cumprir as regras de segurança (ex. EPI, falta de vídeo, etc.)	Perdas humanas, patrimoniais, financeiras.	3	5	As atividades de marcenaria e serenheria são feitas com ferramentas e equipamentos pessoais, sendo a probabilidade de acidentes possíveis. Visto que um acidente pode causar grave dano físico ao servidor, o impacto foi considerado muito grande.	15	APU comunicou em resposta à SA02 que os servidores devem seguir a NR referente aos EPI's e que os treinamentos deverão ser atuais. No entanto, em resposta à SA03 não há controle que comprovem a fiscalização do uso dos EPI's no serviço e foi informado que o treinamento de 2019 não foi realizado.	1	O controle de aplicação de treinamentos não está devidamente implementado ou documentado. Não há controle institucionalizado sobre a fiscalização do uso dos EPI's.	15	Risco crítico.

Identificação e Análise do Risco									Avaliação do Risco Inerente				Avaliação do Risco Residual					
Processo	Objetivo	Evento de Risco	Observações sobre o risco	Achados preliminares	Categoria de Risco (COSO-ERM) <sup>1</sup>	Causa do Risco		Consequência	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Critérios para Probabilidade e Impacto	Nível de Risco Inerente (A)	Controles Implementados	Maturidade do Controle (B)	Critérios para a Maturidade do Controle	Risco Residual	Classificação do Risco Residual (A/B)	
						Fator de Risco	Vulnerabilidade											
Gestão patrimonial	Gestão operacional dos bens patrimoniais (serviço não explícito)	Risco de extravio ou dano a patrimônio de valor relevante, por guarda inadequada.	Diversa a quantidade de serviços realizados pela PU e o uso de ferramentas para determinados serviços, a sua guarda e manuseio são importantes para a Universidade não sofrer perdas patrimoniais.	Na listagem enviada como resposta à SA02, percebe-se que há muitos itens registrados em nome de servidores que não estão mais ligados na PU ou já aposentaram.	Financeiro	Pessoa / Processo	Bens podem ser extravaiados ou danificados por negligência do responsável ou pela falta de processo que estabeleça responsabilidades claras.	Perdas patrimoniais financeiras para a instituição.	3	3	Devido à quantidade de bens e os achados preliminares sobre os bens, a probabilidade de dano ou extravio foi considerada possível. O impacto foi considerado moderado visto que os bens na listagem são principalmente bens de reposição e de valor médio.	9	Na resposta à SA02 foi informado que a chefia medita realizar um controle físico dos bens de área. Este controle evidencia vulnerabilidades grandes, visto que vários bens não estão registrados em nome de servidores da PU, foi solicitada evidência na SAE e neste momento foi informado que o controle não é feito. Além disso, foi informado que não há política ou normas internas sobre guarda e manuseio para evitar extravio ou dano. Há somente recomendações verbais.	1	Apesar de haver a intenção de um controle quanto aos bens, ele não está efetivamente implementado.	9	Risco alto	
Gestão de utilidades	Controles internos efetivos no consumo e gestão das utilidades (objetivos não explícitos)	Risco de desperdício de energia elétrica no campus.	Um dos objetivos informados para a gestão relacionada a parte elétrica foi a racionalização de energia elétrica.	-	Financeiro	Pessoa / Processo / Infraestrutura	Ausência de processo ou documento que estabeleça responsabilização da PU de promover e melhorar a racionalização. Negligência na execução de processos de gestão do consumo. Infraestrutura que leve a perda de energia ou consumo mais energia do que seja necessário com outras tecnologias.	Perdas financeiras da instituição.	4	4	A probabilidade de desperdício de energia elétrica foi considerada provável, visto que a gestão de consumo depende de monitoramento constante, estudos para promover melhorias e avaliar resultados, exacerbado pelo tamanho do campus. O impacto foi considerado alto, pois, apesar dos gastos com energia elétrica serem muito altos, as possibilidades de melhoria são pontuais e podem impactar somente uma parcela desses gastos.	16	Em resposta à SA03, foi informado que desde 2018 não se trabalha com controles internos de racionalização da energia elétrica.	1	Há uma consciência sobre a importância da racionalização mas a execução deixou de ser feita em 2018.	16	Risco crítico	
		Risco de ser cobrada energia elétrica em quantidade superior ao consumido pela Universidade.	O risco é de haver uma quantidade cobrada na fatura que difere da quantidade consumida (que constaria por exemplo no medidor)	-	Financeiro	Evento externo	Cobrança ou medição equivocada pela empresa.	Perdas financeiras da instituição.	2	4	A probabilidade foi considerada improvável, pois a fornecedora é uma empresa estruturada que dispõe de controles próprios. O impacto foi considerado grande visto que o valor gasto anualmente com energia elétrica é muito alto, porém ele pode ser marginal ou irrelevante.	8	Em resposta à SA04, foi informado que não há, desde a reestruturação da PU em 2018, servidores capacitados para a verificação entre energia consumida e energia cobrada, para identificar valores cobrados a maior. Portanto, não há este controle atualmente.	1	Reconhece-se a necessidade desta atividade, mas ela não é realizada por servidor capacitado para tal.	8	Risco alto	
		Risco de ineficiências na gestão de demanda contratada.	Risco de demanda contratada estar muito superior à demanda utilizada, resultando em gastos desnecessários.	-	Financeiro	Pessoa / Processo	Ausência de processo para aferir a demanda suficiente para Universidade. Negligência na execução do processo.	Perdas financeiras da instituição.	3	4	A probabilidade foi considerada possível visto que a demanda ideal requer estudos detalhados pois há o risco de custo extra seja ultrapassado. O impacto foi considerado grande pois apesar de ser somente uma parte de conta total de energia a demanda é cobrada de forma contínua, sem variações na cobrança mensal.	12	Não foi encontrada na resposta à SA03, informações sobre realização de estudo para a definição de demanda contratada.	0	Não há evidências da necessidade deste controle.	12	Risco alto	
		Risco de cobrança de água do SAAE inconsistente com o consumo.	Risco do volume cobrado ser maior do que o volume efetivamente utilizado.	-	Financeiro	Pessoa / Processo	Ausência de processo para aferir a demanda suficiente para Universidade. Negligência na execução do processo.	Perdas financeiras da instituição.	3	4	A probabilidade foi considerada possível visto que, não se conhece a estrutura de controles internos no SAAE, uma instância municipal, para evitar cobranças equivocadas. O impacto foi considerado grande visto o valor das contas.	12	Em reunião com a PU, foi informado que as leituras do SAAE são feitas em campo com o acompanhamento de servidor da UFSCar. Estes registros são mandados na UFSCar. E feita uma checagem da leitura contra o boleto para validar o volume.	2	Há o controle de checagem dos boletos. No entanto, o processo não está documentado.	6	Risco moderado	
		Risco de cobrança de uso de recursos físicos pelo DAEE inconsistente com o uso real.	Risco do volume cobrado ser maior do que o volume efetivamente utilizado.	-	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
		Risco de ingerência na gestão que resulte em multas nas faturas de energia, SAAE ou DAEE.	Risco de atraso no pagamento que resulte em multas ou outros gastos desnecessários.	-	Financeiro	Pessoa / Processo	Ausência de processo que estabeleça rotinas e datas para checagem e pagamento. Negligência na execução do processo.	Perdas financeiras da instituição.	3	3	A probabilidade foi considerada possível visto que as contas chegam mensalmente, sempre havendo a possibilidade de um atraso no pagamento. O impacto foi considerado moderado, visto que a multa é um valor marginal da conta, como um todo.	9	Em reunião com a PU, foi informado que, apesar de não haver procedimento documentado com controles sobre as datas de vencimento para encaminhamento ao órgão Financeiro, a PU dá prioridade ao encaminhamento dos boletos para permitir fuga com relação à data de vencimento.	1	Não há controles na PU para garantir o encaminhamento antes da data de vencimento, porém de fato se controlada regularmente.	9	Risco alto	

Identificação e Análise do Risco										Avaliação do Risco Inerente				Avaliação do Risco Residual			
Processo	Objetivo	Evento de Risco	Observações sobre o risco	Achados preliminares	Categoria de Risco (COSO-ERM) <sup>1</sup>	Causa do Risco		Consequência	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Critérios para Probabilidade e Impacto	Nível de Risco Inerente (A)	Classificação do Risco Inerente	Controles Implementados	Maturidade do Controle (B)	Risco Residual	Classificação do Risco Residual (A/B)
						Fator de Risco	Vulnerabilidade										
Gestão da Frota Propria	Execução, fiscalização e controle da frota e sua manutenção, contratos relacionados, perigo, seguros e agendamento de viagens.	Risco de manutenção preventiva inadequada para os veículos em uso.	Caso não seja feita manutenção preventiva básica tais como troca de óleo, troca de correia dentada, entre outras, reconhecidas pela PU como necessárias para a conservação da frota, há o risco de decaência precoce do ativo e de acidentes que poderiam ser evitados.	-	Operacional	Processo/Persona	Utilização de manutenção correta, e não preventiva.	Ocorrência de acidente e depreciação antecipada dos veículos.	2	4	Agenda do setor de transportes informou em reunião realizada no dia 22/07/2020, que as manutenções em veículos da Universidade são realizadas de forma correta, e não preventiva, devido aos custos e orçamento disponíveis. Informou ainda, que as manutenções necessárias para garantir a segurança dos passageiros e condutores dos veículos são realizadas frequentemente (troca de óleo, pneus, paletas do para-brisa). Desta forma, a probabilidade foi considerada improvável haja vista que as manutenções essenciais são realizadas periodicamente, já o impacto foi considerado alto, tendo em vista o resultado que uma ausência de manutenção causaria.	8	Alto	A gestora reconhece que o cenário ideal seria que as manutenções fossem realizadas de forma preventiva, e não corretiva como é feito atualmente. No entanto, justifica que pela mão de obra escassa e baixo orçamento disponível, apenas as manutenções básicas (troca de óleo, pneus, paleta do limpador de pára-brisa), são realizadas de maneira preventiva, o que minimiza o risco de eventual dano ao veículo ou risco de acidente ao condutor.	1	8	Alto
		Risco de furto ou extravio de veículo oficial, sem medidas administrativas adequadas.	Risco de furto ou extravio de veículos, por usuários ou agentes externos à Universidade, sem a identificação do gestor ou, se identificado, sem tomar as medidas legais cabíveis.	-	Operacional	Processo/Persona	Controle interno para verificar a movimentação interna dos veículos.	Dano ao erário.	2	4	Os veículos permanecem na garagem da Universidade, sendo que sua retirada só é permitida aos condutores autorizados (funcionários oficiais, servidores, docentes) - Informação prestada pela Gestora em resposta à SA.07-PO2. Desta forma, a probabilidade foi considerada improvável e o impacto foi considerado alto, pois eventual subtração de um veículo de propriedade da universidade causaria danos ao erário.	8	Alto	A chegada de documentos tais quais (requerimento de veículo assinado pela chefia, cópia de CNH) antes da entrega da chave dos veículos demonstra a existência de um controle existente para mitigar o risco de subtração dos veículos de propriedade da Universidade. Todo o procedimento para solicitação dos veículos está definido no processo SEI 23112.105714/2019-60, e deve ser seguido por todos os solicitantes.	3	3	Pequeno
		Risco de permissão de condução dos veículos oficiais por servidores sem CNH vigente para condução.	Risco de violação das normas de trânsito por servidor ou colaborador.	-	Operacional	Processo/Persona	Controle interno para verificar documentos necessários para dirigir automóveis da universidade.	Infrações de trânsito ocasionando danos para a Universidade.	2	3	Quando da solicitação dos veículos, além de apresentar o requerimento assinado pela chefia, os servidores devem apresentar certidão negativa de multas e cópia da CNH. Tais documentos ficam arquivados no DeTrans e, por tal razão a probabilidade foi considerada improvável e o impacto Pequeno.	6	Moderado	O processo para solicitação de veículos está definido no processo SEI 23112.105714/2019-60. Desta forma, ocorre a verificação dos documentos do condutor antes da entrega do veículo. Cumpre salientar que os documentos ficam devidamente arquivados no DeTrans.	3	2	Pequeno
		Risco de não identificação sem a identificação pelo gestor, podendo ocasionar acidentes, danos a frota de reparo, ou causar a depreciação antecipada do veículo	Há o risco do automóvel ser danificado sem a identificação pelo gestor, podendo ocasionar acidentes, danos a frota de reparo, ou causar a depreciação antecipada do veículo	-	Operacional	Processo/Persona	Auxílio de Controle Interno para verificar os veículos no ato de entrega.	Depreciação antecipada dos veículos e risco de acidentes.	3	4	Segundo informação prestada pela gestora da área de transportes, antes a ausência de mão-de-obra disponível, não são realizadas vistorias na entrega dos veículos. Desta forma, a probabilidade foi considerada provável e o impacto Grande, tendo em vista os resultados de uma ausência de vistoria (tais sejam: depreciação antecipada do veículo e risco de acidentes aos próximos condutores por condução do veículo danificado).	12	Alto	Não existem controles implementados para a verificação do estado dos veículos no ato da devolução dos mesmos.	-	12	Alto
		Risco de irregularidades quanto ao pagamento do pedágio/combustível.	O pagamento errôneo de pedágio/combustíveis poderia causar dano ao erário.	-	Financeiro	Processo/Persona	Conferência de pagamento de combustíveis realizada manualmente por servidores.	Dano ao erário decorrente de pagamento errôneo	3	3	Em relação ao pedágio, a Universidade possuiisenção, conforme demonstrado em resposta à SA07-PO2. No que refere-se ao pagamento de combustíveis, foram detectadas divergências pontuais nos valores pagos em relação aos valores consumidos apresentados pela empresa NED. No entanto, todos foram explicados pela Gestora da área. Desta forma, embora realizados manualmente pela servidora, os controles para verificação dos pagamentos demonstram-se eficazes. Logo, a probabilidade foi considerada Provável, por tratar-se de processo realizado manualmente e onde podem ocorrer vícios ou equívocos e o impacto Moderado.	9	Alto	Embora toda a verificação dos consumos com combustíveis ocorra de forma manual, a gestora realiza a checagem de gastos antes de permitir o pagamento para a empresa terceirizada, conforme planilhas e demais documentos encaminhados em resposta à SA.	2	5	Moderado
		Risco de dano ao erário pelo não pagamento de multas de trânsito que causam danos ao erário.	A ausência de pagamento das multas de trânsito poderia causar dano ao erário.	-	Operacional / Financeiro	Processo/Persona	Auxílio de Controle Interno para identificação do condutor do veículo.	Dano ao erário	2	3	A Universidade não arca com o pagamento das multas de trânsito, tendo em vista que os condutores infratores são identificados e notificados do recebimento das mensagens, após, assinam o requerimento para transferência dos pontos para a habilitação, tal requerimento também é assinado pela reitora da Universidade.	6	Moderado	O processo realizado para responsabilização do condutor infrator se mostrou suficiente para evitar danos à universidade. Segundo a gestora, a UFSCar não arca com o pagamento de multas de trânsito.	2	3	Pequeno
		Risco de não desfazimento dos veículos considerados ociosos, inoperantes ou antieconômicos, conforme na ANP/03-2008.	Risco de uso antieconômico de ativos do poder público que não tenham uso e dos quais não seja feito o desfazimento.	-	Financeiro/Compliance	Processo/Persona	Auxílio de Controle Interno para apuração do estado dos veículos	Risco de uso antieconômico de ativos do poder público que não tenham uso e dos quais não seja feito o desfazimento.	2	4	O processo de desfazimento dos bens possui várias fases, dentre elas, identificação de manutenção acima do valor do bem, elaboração por uma comissão específica para tratar do assunto, de três orçamentos para verificar o valor do bem, aprovação do desfazimento do bem pelo Consun e finalmente, realização do leilão. Desta forma, o processo se mostrou valioso para a apuração de bens inoperantes. Assim, a probabilidade foi considerada Improvável e o Impacto Grande.	8	Alto	O processo para desfazimento dos veículos possui várias fases e pessoas envolvidas. Ademais, antes do encaminhamento ao CONSUN (última fase antes da realização do leilão), uma comissão avalia inclusive os orçamentos disponibilizados por três empresas distintas, para validação da inviabilidade de manutenção do veículo nas frota da Universidade. Processo pode ser consultado no SEI: 23112.00383/2016-06.	2	4	Moderado

Anexo 2 - Critérios para classificação da probabilidade e impacto e escala para classificação dos níveis de risco

		Matriz de Riscos					
		1	2	3	4	5	
<b>IMPACTO</b>	Muito Grande	5	8	10	15	20	25
	Grande	4	4	8	12	16	20
	Moderado	3	3	6	9	12	15
	Pequeno	2	2	4	6	8	10
	Insignificante	1	1	2	3	4	5
			<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
			Rara	Improvável	Possível	Provável	Quase certo
			< 10%	>=10% <= 30%	>=30% <= 50%	>=50% <= 90%	>90%

**PROBABILIDADE**

Escala de Nível de Risco	
Níveis	Pontuação
<b>RC - Risco Crítico</b>	13 a 25
<b>RA - Risco Alto</b>	7 a 12
<b>RM - Risco Moderado</b>	4 a 6
<b>RP - Risco Pequeno</b>	1 a 3

### **Anexo 3 – Manifestações do Auditado e da AudIn**

#### **Manifestação DeTrans – Doc. SEI 0235933:**

Relata a Sra. Auditora, que na reunião realizada no dia 22/07/2020, foi informada por esta chefia que:

- “não é realizado qualquer procedimento para averiguação de eventuais danos causados aos veículos pelos condutores no ato da devolução dos mesmos...,” o que discordo, pois nesta tratamos do Contrato firmando com a empresa M G Aranda Locações, dos com os gastos dos veículos da frota assim como os que encontram-se em desuso e não como mencionado;

- o que não existe é um modelo padronizado de ‘CHEKLIST’ e não a “Ausência de Verificação” dos reparos nos veículos, pois mesmo não tendo servidores para tal, realizamos SIM uma vistoria visual “básica” para verificarmos eventuais danos; e que todo e qualquer problema que o veículo tenha apresentado durante a viagem, os servidores do DeTrans são prontamente informado pelo seu condutor para as devidas providências quanto aos reparos pontuados;

- que tão logo seja constatado a necessidade da manutenção, é aberto uma ordem de serviço junto a NEO FACILIDADES onde encaminhamos à 3 (três) oficinas cadastradas, as quais enviam seus orçamentos, devendo ser aprovado o de menor valor; o tempo que isso demanda e mesmo em algumas vezes com a intervenção dos servidores do DeTrans junto as referidas oficinas, estes não nos cabe;

- como já informado anteriormente, nenhum veículo é disponibilizado para viagem sem que esteja em perfeitas condições mecânicas, elétricas, higienizado e com toda sua documentação rigorosamente em dia;

- ênfase ainda que, a equipe que compõe o DeTrans, na pessoa dessa chefia, Srs Nilton Cesar Chabariberi (Assistente em Administração) e Orlando dos Anjos (motorista oficial), executam suas atividades com total empenho, dedicação e responsabilidade, não sendo aceitável pairar qualquer dúvida que o contrário possa ocorrer, pois seria de total irresponsabilidade disponibilizarmos um veículo que viesse a colocar em risco a integridade física de seus ocupantes;

Pode-se comprovar as informações prestadas através do Despacho 75 (0176872) , dos Ofícios 26 (0205585) e 73 (0207985).

Em tempo, faço constar que, não temos registrado em nosso histórico nenhum acidente, prejuízos financeiros ou físicos ocorridos por falta de manutenção ou algo similar.

Diante do exposto e certa de contar com a compreensão desta Auditoria Interna na pessoa da Sra. Jaqueline Contarin – Coordenadora de Auditoria, solicito através deste a ratificação do ponto e coloco-me a disposição para esclarecimentos adicionais.

**Manifestação CCServ-PU – Doc. SEI 0236165:**

Após análise do relatório preliminar, naquilo que nos cabe, pudemos constatar a precisão cirúrgica dos apontamentos feitos no que diz respeito às nossas limitações e deficiências. Porém, um fator poderia ser melhor dissertado: as questões de gestão contratual - aqueles enquadrados junto à IN 05/2017 MPMGO, contratadas GI e Orbenk - porque seguem rigorosamente a norma e não há risco elevado em sua execução até o momento. Foi identificado um erro pontual de uma das empresas quando do lançamento do valor correto de dada competência, inobservando o valor já atualizado por Termo Aditivo de repactuação. O evento foi prontamente justificado junto ao processo, o que não caracterizou qualquer descumprimento da Norma nem causou prejuízo pecuniário à UFSCar. Sobre as questões das certidões, há norma específica tratando do assunto. No entanto, concordamos com a necessidade de maior rigor na cobrança por sua regularidade permanente.

Ressaltamos que seria oportuno registrar em seu relatório três fatores agravantes, apesar de um deles constar do documento inicial, quais sejam:

- a) necessidade de fomentar elementos normativos e regimentais das atividades relacionadas com toda a prefeitura universitária (já apontado pelo relatório);
- b) falta de servidores efetivos (manifestamos que o deficit da PU é preocupante e todo o trabalho atual está em sério risco de colapso por falta de gente para trabalhar);
- c) falta de qualificação apropriada e de motivação dos envolvidos, especialmente com os trabalhos de fiscalização técnica de contratos (relatamos se tratar de um vício da cultura organizacional desta Fundação como um todo, não obstante aos trabalhos da ProAd, ao longo desta gestão, em atenuar a situação).

Para as situações das alíneas **a** e **b**, a ProAd não tem economizado esforços para resolver o problema, mesmo com as dificuldades impostas por força maior, especialmente pela proibição de contratar novos servidores e pelas severas restrições orçamentárias e financeiras dos últimos anos.

Por fim, agradecemos imensamente todo o auxílio e sugestões recebidos durante os trabalhos das auditoras e acreditamos que com a precisão de suas informações, a cadeia gestora adotará as medidas mitigadoras necessárias.

### **Manifestação DeVig (Vigilância) – Doc. SEI 0236927:**

Apesar de não haver política de segurança no campus é importante esclarecer que:

- 1) A PU atendeu prontamente a todos os pedidos dos departamentos para implantação de portarias de acesso tais como na USE, Reitoria, UAC, CAEv, NFP e Alojamento dos estudantes, além das duas portaria externas (Portaria Sul e Portaria Norte) visando a segurança específica desses locais;
- 2) O serviço de vigilância terceirizado implantado desde o final dos anos 2000 e mesmo tendo sofrido cortes de pessoas juntamente com os vigilantes que compõe o quadro de servidores da UFSCar tem atendido de forma aceitável a segurança patrimonial e por conseguinte a das pessoas que vem diariamente ao campus seja à trabalho, estudo ou apenas visita.
- 3) Atualmente está sendo feita pela Secretaria Geral de Informática (SIn) a modernização do sistema de câmeras de monitoramento.

Dessa forma a administração atual, mesmo não tendo política de segurança documentada, tem feito esforços contínuos para que os usuários sintam-se seguros em sua estada no campus.

Assim, aceito totalmente a recomendação de criação do Plano de Segurança da UFSCar.

### **Manifestação PU-SC – Doc. SEI 0237929:**

Primeiramente gostaríamos de agradecer o trabalho realizado, a condução do mesmo e a tolerância quanto as dificuldades enfrentadas neste período de pandemia que nos afeta.

Como bem colocado, a prefeitura universitária trabalha para garantir o bom funcionamento das instalações físicas, da segurança e da integridade do patrimônio público, bem como de toda comunidade acadêmica da UFSCar

Sendo assim, trabalha de forma gerencial, auxiliando a administração superior na execução e fiscalização de contratos terceirizados, sempre buscando melhores formas de atingir a máxima eficiência com controle de custos e melhor aplicação de recursos.

Reconhecemos que melhorias devem ser buscadas e implementadas diariamente, procedimentos como o mapeamento dos processos para identificação de gargalos devem certamente ser realizados para melhorias no gerenciamento das atividades da Prefeitura Universitária.

Como já apontado, as dificuldades são inúmeras, o número reduzido de servidores no quadro da Prefeitura Universitária, devido a inúmeras aposentadorias e não possibilidade de reposição no quadro, afeta diretamente as atividades desenvolvidas.

Vale acrescentar que a demanda de serviços se fez crescente devido a expansão ocorrida ao longo dos anos. A UFSCar que em meados dos anos 2.000 apresentava área total de 103.400 m<sup>2</sup> de edificações, atualmente já ultrapassou os 200.000 m<sup>2</sup> de área de edificações. Toda esta expansão

acarreta na necessidade de melhorias contínuas na forma do gerenciamento da Universidade, mesmo em face das dificuldades já mencionadas como o da redução drástica no número de servidores e redução considerável no orçamento da Universidade nesses últimos anos.

No mais as recomendações realizadas no relatório serão certamente consideradas, não deixando de pontuar os esforços constantes da equipe da Prefeitura Universitária em conjunto principalmente com a Reitoria e Proad (Pró-Reitoria de Administração), buscando sempre a melhoria nos processos e eficiência para realização dos serviços.

#### **Atendimento da AudIn à Manifestação do DeTrans:**

Inicialmente, cumpre salientar que, embora o assunto principal da reunião em comento fossem o contrato entre a MG Aranda e os gastos com os veículos da Frota da Universidade, outros assuntos foram abordados, dentre eles a questão da verificação dos veículos quando os mesmos são devolvidos pelos usuários. Tal fato comprova-se por meio da gravação da reunião, devidamente arquivada, onde, quando questionada pela AudIn se eram realizadas verificações de danos aos veículos a servidora responsável pelo DeTrans afirma que, devido à unidade possuir apenas dois servidores, tal ação se torna inviável. No entanto, ressaltou que os motoristas relatam se houve algum problema com o veículo durante o percurso, bem como se foi necessário acionar o seguro. Cumpre salientar que a fala da servidora corrobora com as respostas fornecidas aos questionamentos da AudIn nas SA's, demonstrando que, além do reporte dos condutores, não há outro tipo de verificação por parte do DeTrans. Ou seja, caso o condutor não perceba algum dano ao veículo, o mesmo continuará danificado sem que haja qualquer outra verificação no ato da devolução. A AudIn ressalta que, embora não tenham ocorrido danos aos veículos que causassem acidentes ou prejuízos, o risco de tal fato ocorrer persiste até o momento em que ações sejam adotadas para mitigá-los. Cumpre salientar que, apenas o feedback dos condutores, que inclusive, são realizados de forma informal, vez que, conforme informado pela Sra. Fatima, não existe no momento nenhum checklist ou qualquer outro documento padrão para registro, não possui o condão de minimizar os riscos, tornando-se necessárias a inclusão de ações complementares para que haja a mitigação almejada. Desta forma, a AudIn mantém a recomendação e aproveita a oportunidade para informar que é notório o comprometimento dos servidores do DeTrans em desempenhar suas atividades da melhor forma possível, e que, as constatações e recomendações contidas no presente relatório, possuem o intuito de mitigar os riscos e aprimorar os processos desempenhados nas unidades.

#### **Atendimento da AudIn às Manifestações da CCServ, DeVig e PU-SC:**

Primeiramente, a AudIn agradece as contribuições das áreas da PU. Com relação às observações b) e c) da CCServ, a AudIn reconhece a possibilidade de falta de servidores e de qualificação adequada para as atividades (apesar de não terem sido realizados testes neste sentido). Esta observação foi complementada na manifestação do Prefeito Universitário. Para apoiá-los neste sentido, a AudIn reforça a necessidade de indicadores de carga de trabalho (conforme as recomendações deste relatório, mas também em processos onde a PU achar pertinente), pois os dados são a forma mais objetiva de constatar descompasso entre a carga de trabalho e mão-de-obra disponível. Indicadores e avaliações de risco

ajudam a justificar a necessidade de reforço de mão-de-obra, aquisição de sistemas ou contratação de serviços. A AudIn se coloca à disposição para oferecer consultorias à PU-SC no desenvolvimento de tais indicadores.

Com relação às observações da área de vigilância, a AudIn reconhece as realizações e desafios da área. Conforme já mencionado, a forma mais indicada de constatar objetivamente a necessidade de mão-de-obra é através de dados e indicadores. Além disso, é necessário que o DeVig tenha procedimentos-padrão institucionalizados e que os servidores sigam tais procedimentos. A falta de padronização e comunicação podem gerar ineficiências, diminuindo a capacidade efetiva da área. Com relação ao Plano de Segurança da UFSCar, ele é mais amplo que a vigilância, envolve diversas áreas e decisões de gestão da Universidade, portanto, deve ser entendido como uma estratégia e por isso a recomendação foi endereçada à Reitoria.